

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis-Abeba (ETHIOPIE) P. O. Box 3243 Téléphone (251-11) 5517 700 Fax : 551 78 44

Website : www.africa-union.org

CONFERÊNCIA DA UNIÃO AFRICANA
Décima Terceira Sessão Ordinária
1 – 3 de Julho de 2009

SIRTE, LÍBIA

Assembly/AU/2(XIII)

PROJECTO

INVESTIR NA AGRICULTURA PARA CRESCIMENTO
ECONÓMICO E SEGURANÇA ALIMENTAR

Assembly/AU/2 (XIII)

PROJECTO

INVESTIR NA AGRICULTURA PARA CRESCIMENTO ECONÓMICO

E

SEGURANÇA ALIMENTAR

DOCUMENTO SÍNTESE

Elaborado

Pela FAO para a UA/NEPAD

como um documento de referência

para

A Cimeira da União Africana de Julho de 2009

ÍNDICE

ACRÓNIMOS.....	iii
SUMÁRIO EXECUTIVO	1
I INTRODUÇÃO: DEFINIR O CENÁRIO	7
1.1 Lugar e papel da agricultura nas economias africanas.....	7
1.2 Desenvolvimento agrícola e segurança alimentar: tendências recentes.....	7
1.3 A resposta dos governos africanos.....	9
II ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS: Desafios e Oportunidades	11
2.1 Aspectos e desafios das alterações climáticas.....	11
2.2 Tratar das alterações climáticas	11
2.3 Áreas prioritárias de investimento público:	17
III DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO AGRÍCOLA REGIONAL E DO SISTEMA DE MERCADO.....	19
3.1 Aspectos e desafios no desenvolvimento do comércio e de mercados	19
3.2 Constrangimentos e oportunidades no comércio nacional e regional.....	21
3.3 Áreas prioritárias para acção.....	23
IV FINANCIAR A AGRICULTURA AFRICANA.....	26
4.1 Aspectos e Desafios	26
4.2 Acções prioritárias para atrair mais investimentos em agricultura	27
V INCLUSÃO DOS MAIS POBRES E VULNERÁVEIS	31
5.1 Quem são os mais pobres e vulneráveis?.....	31
5.2 Estratégias para ajudar os muito pobres.....	31
5.3 Âmbito de acção.....	32
REFERÊNCIAS.....	34

ACRÓNIMOS

APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
ASGP	Programa de Governação do Sector Agrícola
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAADP	Programa Integrado para o Desenvolvimento Agrícola de África
CEDEAO	Comunidade Económica de Estados da África Ocidental
CEA	Comissão Económica para África (ONU)
CEEAC	Comunidade Económica de Estados da África Central
CEN-SAD	Comunidade de Estados Sahelo-Sarianos
CER	Comunidade Económica Regional
CGIAR	Grupo Consultivo para Pesquisa Agrícola Internacional
CNUCED	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
COMESA	Mercado Comum da África Oriental e Central
DERP	Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza
EAC	Comunidade dos Estados da África Oriental
EU	União Europeia
FAO	Organização para a Alimentação e a Agricultura
FARA	Fórum para Investigação Agrícola em África
FIDA	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
IFDC	Centro Internacional para Desenvolvimento de Fertilizantes, um Centro Internacional para Fertilidade do Solo e Desenvolvimento Agrícola
IPPC	Convenção Internacional de Protecção das Plantas
IPR	Direitos de Propriedade Intelectual
ISNAR	Serviço Internacional para Investigação Agrícola Nacional
Mai	Aumento médio anual
MDG1	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, 1º: reduzir para metade a fome a pobreza
MFN	Nação Multi-Favorecida
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
NTB	Barreiras não Tarifárias
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAAT	Programa contra a tripanossomíase Africana (FAO)
PATTEC	Campanha pan-africana de erradicação de tsé-tsé e tripanossomíase (UA)
PIB	Produto Interno Bruto
RESAKSS	Sistema Regional de Análise Estratégica e Apoio ao Conhecimento
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SOFI	Estado da Insegurança Alimentar
SSA	África Subsariana
UA	União Africana
UMA	União do Magrebe Árabe
WDI	Indicadores do Desenvolvimento Mundial

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Com o valor acrescentado médio de 27% a agricultura continua a ser o sector predominante na África Subsariana (SSA). Além disso, na SSA a população rural representa 60% do total e 80% dos pobres vivem em zonas rurais. A parte da contribuição não agrícola para a economia rural, apesar de estar a aumentar, ainda é modesta. Como consequência, a agricultura é crucial para a segurança alimentar e a redução da pobreza, muito para além da sua contribuição numérica para o PIB, e na maior parte das economias da SSA qualifica-se como sector estratégico chave para o desenvolvimento económico e social.

2. O desempenho agrícola de África durante os últimos 25 anos foi, em geral, um desapontamento. A taxa de crescimento até meados dos anos 90 foi muito baixa ou negativa e durante 1996-2005 foi de 3% e 6%. O desafio consiste em manter a dinâmica perante desafios crescentes como alterações climáticas, preços elevados de factores de produção e combustíveis e crise financeira internacional. Os efeitos a mais longo prazo das alterações climáticas na agricultura são cada vez mais um motivo de preocupação.

3. São consequências do fraco desempenho agrícola a longo prazo na SSA o agravamento da balança comercial agrícola e os resultados muito variados em termos de segurança alimentar. A África presentemente importa em média cerca de 30% das suas necessidades em cereais ou cerca de 50 milhões de toneladas avaliadas em US\$ 11 mil milhões. Perdeu a sua anterior proeminência como principal exportador para os mercados mundiais de culturas rentáveis como borracha, algodão, amendoim, café, óleo de palma, em benefício de outros fornecedores. As exportações de novos produtos como produtos hortícolas, apesar do seu sucesso relativo, não conseguiram compensar o sub-desempenho das exportações tradicionais.

4. As tendências em matéria de segurança alimentar variam muito de país para país. Contudo, dum modo geral, a África não conseguiu fazer grandes progressos na erradicação da fome e da subnutrição. O resultado líquido é que o número absoluto de pessoas com fome passou de 169 para 212 milhões de 2002 para 2008. Alguns países conseguirão alcançar o objectivo 1 dos OMD até 2015, mas a maioria provavelmente não conseguirá cumprir o prazo. Para se atingir esse alvo é preciso trazer mais géneros alimentícios para mais 18 milhões de pessoas todos os anos e melhorar o estado de nutrição dos 94 milhões que estão actualmente subnutridos. A opção é acelerar o crescimento agrícola ou então será necessário fixar uma nova data.

5. O lançamento do Programa Integrado para o Desenvolvimento Agrícola de África (CAADP) em 2003, assente sobre quatro pilares que se reforçam mutuamente, deu nova esperança à segurança alimentar e ao crescimento económico no continente como quadro para o desenvolvimento agrícola. A lógica é tornar a África mais responsável pelo seu próprio destino; uma mudança do paradigma da dependência total de doadores para parcerias. A sua meta estratégica foi uma taxa de crescimento a longo prazo de 6% da produção agrícola a ser alcançada através da criação dum ambiente favorável em termos de políticas e duma maior atribuição de recursos ao sector, chegando a 10% do orçamento nacional dentro de cinco anos após o seu lançamento.

6. Espera-se que a decisão de adoptar “Investir na Agricultura para Crescimento Económico e Segurança Alimentar” como tema da Cimeira da União Africana do mês de Julho venha a acelerar a implementação do CAADP. O tema tem o suporte de quatro subtemas: alterações climáticas, comércio regional, financiamento de investimentos e inclusão dos pobres e vulneráveis. Questões, desafios, oportunidades e prioridades de acção são resumidamente realçados a seguir.

7. As alterações climáticas e a variabilidade do clima agravam o desafio enfrentado pelo continente de conseguir a segurança alimentar a longo prazo com recursos nacionais. Provavelmente haverá mais seca fora da cintura tropical de África e mais chuva e cheias dentro. A agricultura de sequeiro ficará limitada a uma faixa mais estreita em ambos os lados do equador. As alterações climáticas aumentarão a degradação dos solos.

8. Na maior parte das regiões agrícolas são necessários mais esforços para tornar a agricultura mais resistente aos caprichos do tempo através de mais investimentos em irrigação, gestão e armazenagem de água, drenagem e controlo alimentar. Nas áreas mais seguras, de elevado potencial, devem ser empregues as tecnologias da revolução verde, baseadas em controlo da água, fertilizante e sementes melhoradas para aumentar o nível de produtividade das terras e da mão-de-obra, extremamente necessários. Nas áreas menos dotadas deve-se adoptar uma abordagem agrícola que incida em diversificação, gestão do risco e estratégias melhoradas de sobrevivência e adaptação.

9. A aplicação insuficiente de fertilizante em situações decrescentes de pousio e de cultura quase permanente levou à redução da fertilidade e à degradação do solo em grande escala. A aplicação média de fertilizante na SSA deve passar de cerca de 8 kg por ha para 50 kg por ha. Isto aumentaria o consumo (nutrientes) de cerca de 1 milhão actualmente (SSA sem contar com a África do Sul) para cerca de 11 milhões de toneladas, custando cerca de mais US\$ 10 mil milhões anualmente. Esse aumento de uso de fertilizante prevê uma melhoria em infra-estruturas, comercialização de fertilizante e financiamento bem como subsídios para fertilizantes específicos. Os fertilizantes só devem ser aplicados quando os resultados da investigação demonstrarem que o rendimento da colheita é adequado e isento de riscos. As capacidades de administrar subsídios para fertilizantes específicos, ensinar os agricultores a aplicar doses e composição correctas e no momento certo devem ser reforçadas. Além disso, as políticas em países e regiões devem ser harmonizadas para evitar perdas.

10. O potencial de irrigação na SSA foi calculado em 35-45 milhões de há. Os investimentos em irrigação e controlo da água foram calculados na cimeira de Sirte de 2008 sobre água e energia, em cerca de USD 65 mil milhões a serem gastos em 20 anos. Pôr isto em prática no terreno requer preparação detalhada para financiamento e os países da SSA devem ser capazes de preparar e apresentar projectos “financiáveis” no sector agrícola e especificamente no sector de controlo dos recursos hídricos.

11. As práticas da cultura de conservação teriam que complementar o uso de fertilizante extra, poupando custos e tornando a agricultura mais sustentável. Devem ser aplicadas técnicas agrícolas de conservação do solo/SLM a todo o tipo de terreno, com muito e pouco potencial. Consistem em tecnologia bem testada, que está a ser cada vez mais utilizada em todo o mundo. Tem que ser adaptada às condições locais e alargada aos agricultores, possivelmente com a ajuda do pagamento de incentivos ou de factores de produção subsidiados para introduzir as novas técnicas junto aos agricultores. Os países da SSA devem introduzir pesquisa aplicada em técnicas agrícolas de conservação do solo/SLM, incluindo programas de cooperação sul-sul com países de mercados emergentes como o Brasil e alargar esta tecnologia em grande escala aos pequenos agricultores através de serviços de extensionismo e ONGs em combinação com incentivos aos agricultores para compensar por quaisquer perdas iniciais relativamente à agricultura convencional.

12. A agricultura na SSA, incluindo a silvicultura, é a melhor possibilidade da região ter acesso ao comércio de gases com efeito de estufa, que irá provavelmente aumentar depois da conferência de Copenhaga sobre alterações climáticas em finais de 2009 e conferências ulteriores. A agricultura de conservação, um renascimento do sector de arboricultura e uma melhor gestão de florestas são

contribuições para sequestro de CO₂ e as práticas pecuárias têm impacto nas emissões de metano. O potencial teórico de obtenção de créditos de gás com efeito de estufa devido a melhores práticas de gestão da terra e de criação de animais na SSA é bastante substancial, mas precisa de sensibilização e duma frente africana comum em negociações futuras. Os países da SSA devem obter capacidades e conhecimentos técnicos para analisar o impacto dos seus sistemas agrícolas e pecuários em gases com efeito de estufa e utilizar esta informação para argumentar a favor da inclusão da sua agricultura em futuros acordos de limitação e comércio de emissões.

13. O comércio interno na SSA de produtos agrícolas essenciais é em média apenas cerca de um quarto do seu comércio com o resto do mundo. Isto deve-se ao legado histórico dos canais comerciais desenvolvidos e a modelos de fixação das populações, que privilegiam as zonas costeiras e o transporte marítimo, a infra-estruturas fracas de transportes e a segmentação de mercados e do abastecimento, o que causa custos mais elevados de transacção.

14. O comércio na SSA em produtos agrícolas é confrontado com duas questões chave: a existência de várias barreiras tarifárias e não tarifárias que impedem o comércio intra-africano e uma falta de competitividade, que afecta a todo o comércio da SSA a nível interno e mundial. A eliminação das barreiras comerciais dentro das CERs na SSA segue a bom ritmo, guiada pela forte vontade política de líderes africanos. As tarifas intra-CERs deverão ser abolidas totalmente dentro em breve. As barreiras oficiais deixarão de existir num futuro próximo, logo que estejam concluídos os acordos negociados actualmente sobre a harmonização de critérios de segurança relativos a alimentos, plantas e veterinária e tributação não tarifária interna. NTB não oficiais, ou seja, barreiras rodoviárias ilegais, subornos e multas, que parecem estar a aumentar à medida que as tarifas desaparecem, devem ser identificados e eliminados.

15. A definição de tarifas externas comuns das CERs para constituir uniões aduaneiras e a fusão de várias CERs num mercado comum africano para produtos básicos devem ser planeadas cuidadosamente a fim de minimizar a perda de receitas do governo provenientes de direitos aduaneiros e conter os efeitos de desvio do comércio e a perda de preferências com relação ao resto do mundo, em especial a UE. Contudo, os países africanos devem tratar dos restantes obstáculos ao comércio intra-africano de produtos de primeira necessidade. Para evitar uma eventual reacção contra uma maior abertura das fronteiras, devem também assegurar que os possíveis prejudicados com o aumento do comércio sejam compensados e a volatilidade dos preços seja resolvida através do diálogo com o sector comercial.

16. Um obstáculo muito maior do que as barreiras administrativas à expansão do comércio é a falta de competitividade no sector agrícola e no comercial. Aumentar a competitividade das exportações agrícolas da SSA é sobretudo uma questão de aumento da produtividade agrícola para ter mais excedentes comercializáveis. É ainda uma questão de investimento nas principais estruturas pós produção, como handling, comercialização, armazenagem, processamento inicial, facilidades de transporte e estradas rurais, que possam absorver investimentos tendo em vista o crescimento agrícola e o aumento da produtividade. A formação de cadeias de valor através de laços verticais entre agricultura, comercialização e processamento é um meio de introduzir estabilidade na cadeia de comercialização e ter acesso a mercados mais distantes, com dois inconvenientes: primeiro, produtos de valor acrescentado precisam de mercados bem identificados de maior sofisticação e poder de compra e, segundo, são os grandes agricultores e não os que praticam a agricultura de subsistência é que podem participar facilmente neste comércio.

17. Embora mais investimentos em estruturas pós produção e cadeias de valor acrescentado sejam de natureza privada, compete ao sector público criar as infra-estruturas físicas e institucionais, em especial estradas e mercados, que são de carácter público. Deve haver um quadro

legal e administrativo para que o sector comercial privado rural e nacional se torne uma força dinâmica e competitiva, ligando os pequenos agricultores a mercados regionais e não só. O sector público também tem um papel a desempenhar, apoiando organizações de agricultores, formando gestores locais e pessoal administrativo, facilitando o financiamento do comércio através de apoio a bancos locais, assegurando um quadro legal, protegendo direitos de propriedade, destruindo cartéis e monopólios, garantindo um processo jurídico isento em caso de litígio. O melhor modo de fazer isto é de forma participativa e descentralizada e gerida por governos locais e comunidades, associações de agricultores e sector comercial, em que cada parte concorda em assumir responsabilidades especiais, incluindo o financiamento de contribuições e recuperação de custos.

18. Alcançar uma taxa de crescimento agrícola anual de 6% no quadro do CAADP, apoiada por maior comércio nacional e regional, e enfrentar eficazmente os desafios das alterações climáticas exigem o dobro do investimento na agricultura na SSA. Para atrair fundos de investimento necessários, calculados em US\$ 18 mil milhões por ano pela NEPAD/CAADP, o retorno do investimento ou a produtividade do capital devem ser competitivos com relação a outros sectores. As fontes de investimento convencionais são públicas internas, APD e privadas, tanto nacionais como estrangeiras.

19. A declaração de Maputo no sentido de atribuir 10% dos orçamentos do governo à agricultura é um bom começo, mas até então foi cumprido por meia dúzia de países. Se a declaração tivesse sido totalmente cumprida teriam sido disponibilizados para a agricultura cerca de US\$ 10 mil milhões anualmente, em comparação com os US\$ 5 a 6 mil milhões recentemente. Todavia, apenas o aumento da despesa pública não é suficiente: a sua qualidade é igualmente importante. Portanto, os países da SSA devem avançar para uma elaboração do orçamento baseada em produtos/ resultados a fim de substituir orçamentos rotineiros administrativos baseados em inputs. Isto permitiria a concorrência graças à qualidade entre vários ministérios e seria um passo para a monitorização de resultados e uma maior racionalização das despesas públicas.

20. Actualmente prevalece uma tendência urbana em muitos países da SSA e a opinião pública e os média esquecem-se muitas vezes da agricultura ou tratam-na como um sector atrasado. A percepção tem que mudar e o apreço pelo papel fundamental deste sector no crescimento económico do continente em geral e na segurança alimentar deve ser realçado, aumentando os esforços em defesa da agricultura. Isto pode exigir o estabelecimento dum Programa de Governação do Sector Agrícola (ASGP) sob o CAADP, que coordenaria todos os esforços nacionais visando os objectivos do CAADP. Ajudaria no reforço das capacidades de entidades agrícolas nacionais, incluindo ministérios da agricultura e respectivos sectores, instituições relacionadas com a agricultura e ONGs relevantes e isto de modo a alargar a competência para formular e defender políticas e aumentar o seu poder de lobbying em nome da agricultura.

21. A APD à agricultura na SSA diminuiu em termos relativos nas últimas décadas (embora muito recentemente tenha recuperado algum terreno) porque outros sectores se tornaram mais proeminentes, sobretudo sectores sociais, saúde, educação, abastecimento de água e saneamento, etc. Na origem do declínio esteve a percepção dos doadores de que a agricultura é mais complexa que outros sectores, o sucesso é mais difícil de alcançar e é mais difícil “vender” a ajuda à agricultura ao eleitorado no país. Na sequência disto, houve uma diminuição em peritos em agronomia nas agências de ajuda e maior dificuldade de manobra e atrasos no acesso a financiamento para a agricultura, que irritaram os governos beneficiários. A falta de coordenação eficaz entre os doadores, cada um com a sua própria agenda, aumentou a frustração.

22. O CAADP estima que cerca de US\$ 8 mil milhões dos US\$ 18 mil milhões necessários anualmente devem ser provenientes da APD. Isto significaria mais do dobro da APD actual para a agricultura na SSA (presentemente cerca de US\$ 3 mil milhões). O ASGP, uma vez criado, ajudaria não só a mobilizar fundos públicos internos, mas também a tranquilizar instituições da APD. O ASGP seria designado para tratar de duas queixas principais dos doadores, nomeadamente falta de apropriação local de projectos e programas de desenvolvimento e má gestão económica nos países beneficiários. Um ASGP credível, se aceite pelos governos nacionais, tem potencial para fazer mudar as prioridades dos doadores de financiamento de projectos ineficientes para financiamento de programas e apoio directo ao orçamento. Isto reduziria muita burocracia com as agências doadoras, que está actualmente a dificultar a implementação rápida de programas do governo na área da agricultura.

23. Podem ser consideradas algumas estratégias a fim de aumentar o financiamento para a agricultura. A primeira é reforçar a capacidade nacional de preparação de projectos e programas de investimento na agricultura viáveis e financiáveis e utilizar melhor os recursos financeiros disponíveis a fim de realizar os objectivos do CAADP. Neste contexto, sugere-se o estabelecimento dum fundo CAADP, que seria concebido como um fundo com uma estrutura organizacional especial e com os seus próprios critérios de avaliação no quadro de uma das IFIs existentes ou como um fundo “virtual” para alinhar os financiamentos existentes para a agricultura no quadro do CAADP.

24. A segunda opção é criar um Mecanismo de Coordenação Financeira (FCM) no montante provisório de mil milhões de dólares americanos, que seria aumentado gradualmente para reunir todo o financiamento para a segurança alimentar de vários doadores e direccioná-lo para “pontos quentes” africanos. A terceira opção é o estabelecimento dum fundo de risco agrícola na SSA e promover os investimentos privados na agricultura. Os governos na SSA deviam analisar cuidadosamente estas opções e escolher a mais viável e eficaz de modo a aproveitar e reorientar as diversas fontes de financiamento do desenvolvimento agrícola para os objectivos principais do CAADP.

25. O NEPAD/CAADP devia também ser chamado a patrocinar o diálogo sul-sul com economias emergentes a fim de aproveitar a experiência técnica e o financiamento para a agricultura.

26. Em última análise, o desenvolvimento agrícola acelerado depende de iniciativas do sector privado conducentes a um maior investimento deste sector, mas o governo pode favorecê-las ou dificultá-las. Os investidores do sector privado são em primeiro lugar os próprios agricultores, investindo o seu trabalho e as suas poupanças para melhorar as suas fazendas tendo em vista a sobrevivência e a segurança alimentar. Precisam de forte apoio do governo através da criação de quadros favoráveis, incluindo segurança na posse da terra, acesso a água, pastagens e florestas, medidas de gestão de recursos naturais e acesso a mercados e financiamento; o governo deve evitar interferir nos preços e mercados.

27. Uma outra fonte de financiamento para maior investimento do sector privado são as remessas da diáspora da SSA, que nalguns anos ultrapassaram os investimentos directos externos. Embora o fim último de grande parte das mesmas seja garantir a sobrevivência de familiares que ficaram no país, são necessários mais estudos para encontrar formas de as canalizar para investimentos produtivos. Não é evidente que quantidade de investimentos privados oriundos do estrangeiro vai para a agricultura, para além de negócios extractivos como as pescas e a silvicultura.

28. Os governos da SSA deviam tranquilizar os investidores privados no sector agrícola, tanto nacionais como estrangeiros, criando um quadro propício, incluindo o estado de direito, protecção da propriedade e cumprimento obrigatório de contratos, posse segura da terra, acesso a recursos naturais, mercados, serviços e financiamento. Também deviam garantir a protecção dos meios de subsistência do pequeno agricultor. Uma preocupação recente neste contexto são as iniciativas de investidores do Leste Asiático e do Médio Oriente em valorização de terras com o objectivo de produzir alimentos para os mercados nos seus países de origem. Embora estas empresas prometam injectar investimentos em infra-estruturas para beneficiar a população local, existe um risco real de marginalizar os pobres menos informados e grupos de população vulnerável.

29. Os líderes africanos e os seus parceiros do desenvolvimento comprometeram-se várias vezes a tratar dos constrangimentos à segurança alimentar no quadro do CAADP. Contudo, esta actividade apresenta o risco de se esquecer dos pobres e mais vulneráveis, pois as suas necessidades merecem uma atenção especial. Há pessoas a sobreviver com o equivalente local a menos de um dólar por dia, sem terras, menos saudáveis (VIH/SIDA e malária) e normalmente os pobres das zonas rurais têm uma esperança de vida inferior à dos pobres das zonas urbanas.

30. Algumas delas conseguem, com algum apoio ajudar-se a si mesmas, mas outras não. Este último grupo, que inclui pessoas doentes, crianças órfãs e vítimas de conflitos civis, requer sem dúvida, a médio prazo, assistência alimentar directa e de cuidados de saúde. Os outros grupos podem ser auxiliados por vários meios que abrangem o acesso a bens produtivos, sobretudo terras e fornecimento de factores de produção subsidiados e assessoria técnica para aumentarem a sua capacidade de ganhar a vida. Contudo, muitas vezes a questão não é tanto a produção agrícola, mas permitir-lhes obter alimentos (Amartya Sen). Portanto a estratégia para os abranger deve basear-se numa estratégia com duas vertentes defendida pelas agências da ONU sedeadas em Roma: melhorar a produção e a produtividade por um lado e satisfazer as necessidades urgentes das pessoas vulneráveis, por outro. O desafio consiste em identificar os pobres e vulneráveis, as suas necessidades e facultar-lhes os recursos necessários.

31. As mulheres são particularmente vulneráveis. Em grande parte da agricultura de África, a produção de culturas está principalmente nas mãos das mulheres. A assistência específica a este grupo deve ter em conta as suas necessidades especiais, incluindo o título de posse de terras em seu próprio nome, acesso ao crédito bem como preferências e aptidões físicas e psicológicas para o trabalho agrícola. Uma parte significativa de ultra-pobres podem ser minorias étnicas e pessoas a viver em zonas muito remotas e pouco acessíveis. Estes grupos muitas vezes tendem a ser negligenciados pelas agências humanitárias e serviços públicos e deve ser feito um esforço consciente para os procurar. São necessárias redes de segurança cuidadosamente direccionadas e programas de protecção social para assegurar que todos tenham acesso aos alimentos de que precisam para uma vida saudável.

32. Só a agricultura pode não resolver as necessidades dos pobres e vulneráveis. Há um papel essencial da economia não agrícola. Estima-se que os rendimentos do sector rural não agrícola representam 34% da economia rural na SSA e uma grande parte é constituída por emprego rural não agrícola. Este sector pode aumentar consideravelmente em termos absolutos como uma proporção da economia rural, tal como o demonstra a experiência noutros lugares. Pode até desempenhar um papel mais significativo se os governos fornecerem serviços, sobretudo electricidade, água e acesso ao crédito.

I INTRODUÇÃO: DEFINIR O CENÁRIO

1.1 Lugar e papel da agricultura nas economias africanas

1. A agricultura contribui em média com 27% para o PIB na África Subsariana (SSA) e com cerca de 14% no Norte de África. Contudo, isto dá uma ideia incompleta do papel fundamental da agricultura em muitos países africanos. Só a África do Sul contribui para um terço do PIB africano e a agricultura representa apenas 3%-4%. Dos 40 países mais dependentes da agricultura no mundo, 30 estão situados na SSA (The Economist, 2008) e o seu valor acrescentado vai de 22% do PIB na Cote d'Ivoire a 64% na Libéria.

2. Em geral, com excepção da África do Sul mais de 60% da população na SSA é rural e cerca de 80% de todos os africanos pobres vivem em zonas rurais. Nestes países a agricultura primária está na origem de dois terços das receitas rurais enquanto as restantes são geradas por actividades que estão pouco relacionadas com o sector agrícola e o apoio ao mesmo. A população urbana não ultrapassará a rural em África antes de 2030 (Divisão de População da ONU, 2007) embora haja uma possibilidade das dificuldades económicas resultantes das alterações climáticas poderem acelerar a urbanização. Porém, a agricultura continuará a ser a espinha dorsal das economias africanas, sobretudo na SSA, num futuro próximo e o desenvolvimento agrícola continuará a ser crucial para o crescimento económico e a redução da pobreza no continente.

1.2 Desenvolvimento agrícola e segurança alimentar: tendências recentes

3. *Tendências de crescimento.* O crescimento de 2.5% da população africana, apesar de estar a diminuir, ainda é elevado segundo os padrões de outras regiões em desenvolvimento. A população passou de 282 milhões em 1960 para 922 milhões em 2005 e prevê-se que passe para pouco menos de mil milhões em 2015, 1.5 mil milhões em 2030 e 2 mil milhões em 2050. Este crescimento é um alerta para a necessidade dum melhor desempenho para que a África consiga satisfazer o ODM1 de reduzir para metade a fome e a pobreza.

4. Contudo, a produção agrícola de África teve um crescimento médio relativamente lento nas últimas décadas. Na maior parte das vezes foi inferior ao crescimento populacional, ocasionalmente negativa, mas deu sinais de melhoras durante a primeira metade desta década. Em geral, o desempenho agrícola de África nos últimos 25 anos foi marcado por duas fases distintas: uma, de cerca de 1980 a meados dos anos 90, caracterizada por um crescimento muito fraco ou negativo e outra durante a década 1996-2005 caracterizada por taxas de crescimento médio entre 3% e 6%. O desafio para a agricultura africana nos próximos anos é manter a dinâmica da década anterior a 2005 perante os desafios crescentes das alterações climáticas, os preços mais elevados de factores de produção, a crise financeira internacional e o abrandamento económico em países desenvolvidos e alguns países emergentes.

5. *Tendências comerciais* (FAOSTAT): Quase todos os países africanos são importadores de alimentos; o Norte de África mais de 50% e a SSA entre 25% e 50% das suas necessidades alimentares. A dependência de África de alimentos importados desenvolveu-se essencialmente no último meio século pois a agricultura não conseguiu acompanhar o crescimento da população e o baixo custo dos géneros alimentícios nos mercados mundiais, em especial de arroz e trigo, suplantou a produção local em centros urbanos. A África, em média, importa actualmente cerca de 30% das suas necessidades em cereais ou seja cerca de 50 milhões de toneladas avaliadas em US\$ 11 mil milhões. A maior parte são importações comerciais, mas cerca de 2-3 milhões foram importados recentemente como ajuda alimentar. A África, em especial o Norte de África, é

extremamente dependente da importação de açúcar (importa 7.5 milhões de toneladas), legumes e carne (1.4 milhões de toneladas cada).

6. O valor de exportação de produtos agrícolas tradicionais africanos tem estado estagnado (algodão, borracha, banana) ou diminuiu (café, semente de palma, amendoins) nos últimos 40 anos pois os concorrentes de outras regiões em desenvolvimento ganharam terreno. As exportações de cacau e caju do continente duplicaram e triplicaram respectivamente nos últimos 40 anos. Contudo, os produtos perderam a sua posição anterior nos mercados mundiais. As histórias de sucesso relativo nas exportações, num número limitado de países, são chá, frutos tropicais, citrinos (Norte de África e África Austral) e legumes fora de época. Alguns países também tiveram acesso ao mercado de alimentos étnicos em países desenvolvidos. Em geral, o quinhão da SSA nas exportações agrícolas mundiais caiu de 3.8% para 1.7% desde 1965. O seu comércio líquido em produtos agrícolas passou dum excedente anual de US\$2 mil milhões em 1961 (US\$ 14 mil milhões em 2007) para um défice de US\$ 22 mil milhões em 2006.

7. **Tendências da segurança alimentar** (SOFI 2008): O desempenho agrícola é o factor mais importante que determina a segurança alimentar na SSA. A crescente dependência do continente de importações para géneros de primeira necessidade expôs a sua vulnerabilidade aos mercados mundiais voláteis e à disponibilidade incerta da ajuda alimentar para os segmentos mais pobres da população.

8. As tendências da segurança alimentar variam muito de país para país. O ODM1, anunciado em 2000, tinha como alvo reduzir para metade o número de pessoas com fome relativamente aos dados iniciais de 1990. Desde então, nos 39 países da SSA monitorizados, 11 mostraram uma deterioração do seu estado de segurança alimentar (FAO SOFI, 2008). Isto deveu-se muitas vezes a uma situação de conflito e/ou a más políticas e governação. Outros treze países parecem estar no bom caminho para atingir o ODM1, embora alguns tenham começado de uma base baixa, que deixará muitas pessoas com fome mesmo depois de atingirem o alvo. Nos restantes países a situação está a melhorar, mas não com rapidez suficiente para alcançar o ODM1 a tempo. Na região do Norte de África, o número de pessoas subnutridas parece ter mudado pouco desde 1990, o que se traduz em poucos melhoramentos considerando o crescimento populacional. O efeito líquido dos progressos bastante variáveis a nível do ODM1 é que o número absoluto de pessoas com fome na SSA desde 2000 aumentou de 169 milhões para 212 milhões. Pode parecer reconfortante o facto de, apesar do número absoluto de pessoas com fome ter aumentado em 43 milhões, ter havido um declínio na sua proporção de 34% para 30% da população total. Esta aparente inconsistência é explicada pelo crescimento populacional. O Banco Mundial e a FAO estimam que o aumento nos preços dos alimentos ocorrido em 2008 lançou mais 70 milhões numa situação de fome, dos quais 30 milhões se encontram em África.

9. Alguns países fizeram um progresso notável em termos de crescimento agrícola e redução da pobreza. Estes países são: Etiópia, Sudão, Gana, Nigéria, Uganda e Moçambique. Contudo, estes progressos são contrabalançados por um desempenho muito mais fraco noutros países africanos como a República Democrática do Congo onde 76% da população é considerada subnutrida. O sector agrícola com um desempenho muito fraco, a situação deprimente da segurança alimentar e a grande população do país estão a fazer baixar o desempenho médio do continente.

10. **Preços dos alimentos/crise financeira.** O aumento dos preços dos alimentos nos mercados mundiais, constatados durante a segunda metade de 2007 e na primeira metade de 2008, bem como a crise económica e financeira nos países em desenvolvimento prejudicaram os esforços de redução da pobreza em países de baixos rendimentos e défice alimentar, em geral, e em África, em particular. O aumento excessivo nos alimentos e nos factores de produção para a agricultura levou a

um aumento na pobreza, tensões sociais e escaramuças sobre alimentos em alguns países. Desde o seu máximo em Julho de 2008, os preços agrícolas mundiais diminuíram até certo ponto mas ainda estão mais elevados do que antes da crise. Contudo, os preços dos alimentos em muitos países africanos estão muito mais altos do que há um ano atrás. O preço a retalho do arroz no Malawi foi cotado recentemente em Kwacha 210 (US\$1.50) por quilo, quase o dobro do de há um ano. Na Zâmbia, o arroz branco, o principal género de primeira necessidade do país custa Kwacha 28,185 e custava Kw 17,500; no Quénia o preço de venda por grosso do milho passou de US\$ 222 para US\$ 367/tonelada. Esta situação é explicada por vários factores que incluem más colheitas nos países em desenvolvimento, falta de financiamento comercial para importações agrícolas, crise económica e financeira nos países desenvolvidos. A diminuição das remessas da diáspora africana veio agravar ainda mais as dificuldades dos pobres e vulneráveis.

11. **A necessidade de crescimento...**: O desafio que a África enfrenta de agora até 2015 é acelerar o aumento da disponibilidade de alimentos para (i) satisfazer a procura de alimentos de uma população que está a crescer 2.5% anualmente e (ii) reduzir o número de pessoas subnutridas a nível do alvo do ODM1, o que é uma redução dos actuais 212 milhões para 118 milhões¹. Portanto, deve-se procurar mais géneros alimentícios para mais 18 milhões de pessoas todos os anos e melhorar o estado de nutrição dos 94 milhões actualmente subnutridos em África para alcançar o ODM1 até 2015. Isto seria o equivalente a conseguir uma taxa de crescimento médio anual de 4.6% da oferta de alimentos de 2009 para 2015, tanto na produção nacional como nas importações². Caso contrário, as taxas de crescimento agrícola anual de África para atingir o ODM1 podem ter que ser revistas em alta quando se aproximar o prazo de 2015 ou então estabelecer outro prazo. Em qualquer caso, o elevado crescimento necessário exige um ambiente político propício e maior investimento público e do sector privado na cadeia de valor agrícola dentro em breve.

12. **...e de produtividade.** O crescimento agrícola sustentável no contexto de África deve ter como principal objectivo aumentar tanto a produtividade das terras como da mão-de-obra. Aumentar a produtividade agrícola através da expansão para novas áreas, mas continuar ao nível actual de produtividade de mão-de-obra e dos terrenos não irá *melhorar* a situação actual de fome e pobreza no continente e qualquer ganho obtido no aumento da produção será à custa do ambiente e da sustentabilidade agrícola a longo prazo.

13. Presentemente a produtividade das terras e da mão-de-obra na SSA está muito atrás das outras regiões em desenvolvimento, em graus variáveis. O valor acrescentado por ha de terrenos agrícolas e trabalhador é estimado em US\$ 428 e US\$ 466 respectivamente. Isto é comparado com³

- *produtividade* das terras de US\$ 2,457 por ha no Leste da Ásia e US\$ 570 no Sul da Ásia e
- produtividade da *mão-de-obra* de US\$ 767 no Leste da Ásia e US\$ 495 no Sul da Ásia
- a produção de cereais é o dobro no Sul da Ásia e 2.5 superior no Leste da Ásia com relação à SSA.

1.3 A resposta dos governos africanos

14. Conscientes do atraso na redução da pobreza e da fome, em 2003 os líderes africanos lançaram o Programa Integrado para o Desenvolvimento Agrícola de África (CAADP) como um

¹ O Norte de África não é particularmente examinado neste contexto pois as economias são mais diversificadas. O melhoramento agrícola desempenha um papel menos crucial na segurança alimentar.

² Isto seria equivalente a conciliar o crescimento populacional, considerando uma dieta completa de 2.700 Kcal por dia e por pessoa e um suplemento alimentar diário para os actuais subnutridos de 900 Kcal e o tempo que resta para 2015 como 6 anos. A taxa de crescimento estipulada no quadro do CAADP de 6%, se for realizada, deixaria, além disso, uma margem para melhorar receitas por habitante.

³ Estimativas baseadas em dados de WDI e FAOSTAT

quadro para dar um novo impulso à segurança alimentar e ao desenvolvimento agrícola no continente. A lógica subjacente à iniciativa foi tornar os países africanos mais responsáveis pelo seu próprio destino, conter a predominância de receitas para o desenvolvimento passadas pelos doadores e fazer novas parcerias. Com relação à agricultura, uma consideração importante foi de que, ao longo dos anos, a agricultura tinha sido esquecida uma vez que os recursos internos e da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) tinham sido desviados cada vez mais para sectores sociais no contexto dos Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza (DERPs).

15. Apesar de não negarem a importância de investimentos no sector social, os governos sentiram que os investimentos neste sector só podem ser mantidos se se alcançar o crescimento económico interno para o qual a agricultura ainda é a oportunidade principal em muitos países africanos. A estratégia do CAADP para reanimar a agricultura baseia-se portanto em quatro pilares: (i) gestão de terras e recursos hídricos, (ii) acesso ao mercado, (iii) aumento da oferta de alimentos e redução da fome e (iv) pesquisa e desenvolvimento. O seu alvo estratégico é uma taxa de crescimento a longo prazo de 6% da produção agrícola (superior à média histórica de 2.5%-3%) de modo a estar à altura do crescimento da população, reduzir a fome e aumentar os rendimentos rurais.

16. Os líderes africanos também adoptaram algumas resoluções para reforçar as iniciativas de desenvolvimento da alimentação e agricultura de 2003 no contexto do CAADP. Algumas destas resoluções incluem:

- Sirte 2004 que recomendou, entre outras coisas, acelerar a implementação da atribuição de 10%, estabelecer o Banco Africano de Investimento e avaliar a viabilidade da criação dum Fundo de Desenvolvimento da Agricultura, promover a criação de gado e as pescas, disponibilizar água para a agricultura, incluindo o estabelecimento de bacias hidrográficas, etc.
- Cimeira do Fertilizante, Abuja, Junho de 2006, propôs medidas para reduzir os custos de fertilizantes para os agricultores através de harmonização de políticas, desenvolvimento de infra-estruturas, etc.
- Cimeira de Segurança Alimentar, Abuja, Dezembro de 2006 deu particular atenção à promoção do comércio intra-africano baseado em produtos alimentares estratégicos seleccionados, ao alcance da segurança alimentar e nutritiva e ao aumento de histórias de sucesso africanas, etc.

17. Além disso, a maioria dos parceiros do desenvolvimento bilaterais e multilaterais adoptaram o CAADP como quadro para guiar a sua cooperação a nível da segurança alimentar e do desenvolvimento da agricultura em África. Contudo, apesar desse compromisso político dos governos africanos e da aceitação por parte dos parceiros do desenvolvimento, a implementação no terreno não foi compatível com os compromissos assumidos. Neste contexto espera-se que a adopção de “Investir na Agricultura para Crescimento Económico e Segurança Alimentar” como tema para a Cimeira da União Africana de Julho de 2009 tenha como resultado estimular a implementação rápida do CAADP.

18. Como parte da preparação para a Cimeira, a NEPAD e a UA mandaram preparar quatro sub-temas⁴. Este documento é uma síntese destas contribuições, de outras notas suplementares de informação preparadas pela UA e NEPAD e da experiência da FAO.

⁴ O tema será apoiado por quatro sub-temas; (a) alterações climáticas, (b) sistemas regionais de comércio agrícola e mercado, (c) financiamento do investimento e (d) incentivos à participação dos pobres e vulneráveis.

II ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS: Desafios e Oportunidades

2.1 Aspectos e desafios das alterações climáticas

19. Ao abordar o desafio de maior crescimento agrícola, os governos africanos têm que tratar, individual e colectivamente, de vários problemas naturais, institucionais e financeiros que são específicos do continente. A África precisa de aproveitar e expandir o desempenho agrícola positivo observado na década de 1995 a 2005. Enquanto a agricultura asiática beneficiou da tecnologia da revolução verde e a agricultura da América Latina beneficiou do alto grau de comercialização e de mercados de exportação e urbanos cativos, a agricultura africana continuou essencialmente a ser de pequenos agricultores, de subsistência e de sequeiro e com de falta de integração do mercado e de economias de escala. As alterações climáticas e a instabilidade do clima agravam o desafio do continente de alcançar a segurança alimentar a longo prazo com recursos internos, tendo em conta a extrema dependência da agricultura de sequeiro.

20. *Qual é o impacto específico das alterações climáticas na agricultura africana?* As alterações climáticas provavelmente irão manifestar-se através de maior frequência de extremos, em temperatura médias mais elevadas (embora se espere que o aumento seja superior em latitudes maiores) e aumento do nível do mar. As previsões para África são mais seca fora da cintura tropical e mais pluviosidade e cheias dentro da cintura tropical. O âmbito geográfico em que a agricultura de sequeiro continua imune a riscos está a diminuir. A degradação das terras não se limita a zonas semi-áridas, mas passou a afectar zonas agrícolas de potencial médio e alto. As alterações climáticas podem aumentar a degradação das terras uma vez que a reciclagem de nutrientes e a infiltração de água no solo podem ser impedidas. Na maioria das regiões agrícolas são necessários mais esforços para tornar a agricultura mais resistente à instabilidade do tempo através de maiores investimentos em irrigação, gestão e armazenagem da água, drenagem e controlo de cheias.

21. *Preços dos Alimentos:* Prevê-se que a inversão do declínio secular de preços para produtos agrícolas continue durante pelo menos uma década, devido ao abrandamento na oferta por causa do clima, do aumento rápido da procura no Leste da Ásia e no Médio Oriente e da conversão e perda de terras aráveis para bio-combustíveis e urbanização. Os preços dos factores de produção para a agricultura, em especial de fertilizante e produtos fitossanitários aumentaram ainda mais do que os preços dos alimentos devido ao custo elevado da energia. Como consequência a relação de valor input/output na produção de alimentos está a ser prejudicada e em alguns casos atravessou uma barreira mais baixa, que é muitas vezes considerada como o mínimo para continuar a cultivar alimentos.

22. Embora os preços mais altos dos alimentos ofereçam oportunidades aos produtores agrícolas, eles serão sempre considerados em relação aos preços dos factores de produção. Em muitos casos a agricultura será pouco rentável. Além disso, como os pobres rurais e urbanos são consumidores de alimentos, haverá um aumento no número de pessoas sem segurança alimentar, que deve ser resolvido através de redes de segurança social e da promoção da criação de emprego fora do sector agrícola.

2.2 Abordar as alterações climáticas

23. *Áreas de potencial elevado/fraco.* As alterações climáticas podem favorecer um desenvolvimento relativamente mais forte de zonas agro-ecológicas de elevado potencial, em especial zonas em que já há irrigação ou onde poderá haver. O enfoque em zonas de potencial

elevado não se deve apenas a razões de maior produtividade do capital investido, mas também porque as populações terão a tendência de convergir para as mesmas bem como para zonas urbanas. Durante muito tempo tem havido fortes migrações sazonais entre países e regiões agrícolas, como movimentos de trabalhadores de países do Sahel para as plantações costeiras da África Ocidental e para zonas de irrigação do Norte de África. Isto além da migração de mão-de-obra agrícola para zonas mineiras.

24. O movimento de pessoas de zonas de potencial fraco a médio deve aumentar sob o impacto das alterações climáticas. Os realojamentos espontâneos das populações irão multiplicar-se quando algumas zonas se tornarem mais áridas e a capacidade de transporte das suas populações diminuir. Os governos serão chamados a prestar serviços sociais e a disponibilizar infra-estruturas para populações maiores em zonas de grande potencial.

25. As zonas de potencial elevado e fraco têm implicações diferentes no investimento agrícola. As zonas de potencial elevado, sobretudo zonas irrigadas e as de grande pluviosidade são mais receptivas a tecnologias tradicionais da revolução verde para culturas específicas (sementes híbridas, fertilizante, controlo da água), enquanto que as áreas de potencial fraco e médio são mais apropriadas para sistemas agrícolas que promovem resistência e gestão do risco através de diversificação e estratégias melhoradas de sobrevivência e adaptação. O relatório de pesquisa de sistemas agrícolas da FAO (2002) identificou cerca de 15 sistemas de cultura distintos e recomendou estratégias de desenvolvimento para os principais. O sistema misto de cultura de tubérculos da zona de savana seca sub-húmida da Guiné, por exemplo, podia tornar-se uma nova fronteira para desenvolvimento agrícola futuro, se os efeitos das alterações climáticas puderem ser mitigados. O controlo da oncocercose já disponibilizou áreas substanciais para actividades agrícolas adicionais.

26. Um potencial idêntico ou até maior pode ser conseguido com a erradicação da tsé-tsé, que já foi iniciada através dos programas de combate à tsé-tsé PAAT e PATTEC⁵. Permitiria um povoamento humano mais denso e a pecuária em maior escala, com um grande aumento na produtividade e potencial de redução da pobreza. No outro extremo, as sociedades pastoris no Sahel têm menos opções. Para escapar à pobreza e insegurança alimentar, abandonar a agricultura ou garantir o acesso a remessas podem ser as estratégias preferidas de sobrevivência.

27. Todavia, parecem ser possíveis algumas melhorias em zonas pobres em recursos dominadas pela agro-pastorícia: serviços melhorados de veterinária e comercialização de gado e, onde foram introduzidas culturas, melhoria de sementes de milho-miúdo e sorgo. Também se deve dar consideração: definição de zonas agro-ecológicas, reservando certas áreas, que não são apropriadas para a agricultura, para a criação de gado⁶; gestão participativa de pastagens em zonas pastoris; planeamento cuidadoso de pontos de água para o gado a fim de evitar a degradação do solo nas proximidades; e retomar práticas rotativas de pastagem, estabelecendo reservas de pastagem sazonais e melhorando áreas seleccionadas de pastagem através da plantação de espécies exóticas e da fertilização. As condições prévias a uma melhor gestão do pasto são direitos claros do uso da terra, devolução da gestão do pasto aos próprios pastores e, em alguns casos, uma mudança de mentalidade que ainda atribui mais valor ao número de cabeças de gado do que à produtividade.

28. **Fertilizante.** A aplicação insuficiente de fertilizante em situações de pousio mais reduzidas e de culturas quase permanentes levou a perda de fertilidade e degradação do solo em grande escala. De 168 toneladas de fertilizante consumidas no mundo, menos de 4 milhões de toneladas são

⁵ O programa contra a Tripanosomíase Africana (FAO) e a campanha pan-africana de erradicação da tsé-tsé e da tripanosomíase (UA)

⁶ No passado uma isoieta de 300 mm de pluviosidade formava a fronteira entre a agricultura e a criação de gado no Sahel.

consumidas em África, das quais não mais de um milhão de toneladas fora da África do Sul e do Norte de África. A África, dotada com 16% das terras aráveis do mundo utiliza apenas 2% dos fertilizantes do mundo. A aplicação de fertilizante é de cerca de 16 kg por ha em África (incl. culturas permanentes) em comparação com 170 kg na Ásia. Na SSA (com excepção da África do Sul) as taxas médias de aplicação de fertilizantes estão muito abaixo de 8 kg por hectare (FAOSTAT). As razões para o fraco uso de fertilizantes incluem más infra-estruturas rodoviárias, fraca resposta dos produtos aos fertilizantes em situações de pluviosidade irregular, poucos sistemas de irrigação, factores de produção e mercados para os produtos dispersos e fragmentados, levando a preços elevados dos factores de produção e preços baixos de produtos, ou seja, uma relação desfavorável entre fertilizante e produção agrícola. Embora os preços dos fertilizantes estejam a ser alvo dum aumento de momento, os países sem litoral sem a sua própria produção de fertilizante são particularmente afectados devido ao custo elevado do transporte para as importações.

29. A declaração de Abuja de 2006 adoptou várias medidas para melhorar a segurança alimentar africana, entre as quais aumentar o uso médio de fertilizante em África para 50 kg por ha. Estas medidas incluem a harmonização do comércio e regras de qualidade e redução de tarifas de importação sobre os fertilizantes; estabelecimento de redes de agro-comerciantes; capacitação a todos os níveis; subsídios de fertilizantes específicos; armazenagem e infra-estruturas rodoviárias; estabelecimento de estruturas nacionais de financiamento de fertilizantes; aquisição e distribuição a nível nacional; produção local de fertilizantes com ingredientes locais; ajudar os agricultores a ter acesso a factores de produção complementares incluindo irrigação e sementes melhoradas; estabelecer um Mecanismo Africano de Financiamento de Fertilizantes no BAD e um mecanismo de monitorização do progresso através da NEPAD e da UA. Uma abordagem integrada seria também seguida na implementação, envolvendo governos nacionais, CERs, BAD, FAO e outros parceiros internacionais, incluindo a Fundação Gates (União Africana, 2006).

30. **Principais questões relativas a fertilizantes:** Algumas questões essenciais devem ser monitorizadas de perto e tratadas para garantir o sucesso da iniciativa relativa a fertilizantes. Uma é direccionar os subsídios aos fertilizantes, cuja lógica deve ser o financiamento de bens públicos. Deve haver capacidade em instituições que administram os subsídios para avaliar o impacto e o resultado da utilização de fertilizante em termos de rectificação da concorrência doméstica com importações comerciais subsidiadas de alimentos, melhor distribuição de receitas, redução da pobreza, evitar a degradação de terras e outros benefícios a nível nacional. Está relacionada com esta questão a sustentabilidade dos subsídios aos fertilizantes. A declaração de Abuja implica um aumento do consumo de fertilizantes na SSA, com excepção da África do Sul, na ordem de 10 milhões de toneladas (nutrientes), avaliadas conservadoramente em US\$ 10 mil milhões anualmente. Os subsídios aos fertilizantes podiam, portanto, absorver uma grande parte das despesas públicas em agricultura⁷ após o cumprimento da declaração de Maputo.

31. Os subsídios também devem ser harmonizados em todos os países e regiões para evitar falhas. A rede de intermediários precisa duma supervisão estreita ou certificação para evitar a adulteração de fertilizantes antes de chegarem à propriedade agrícola ou a apropriação ilícita de subsídios. É necessário o reforço de capacidades a todos os níveis para ensinar aos agricultores as doses correctas a aplicar, a composição e a altura em que se deve aplicar.

32. **SLM/agricultura de conservação.** É pouco provável que aplicações extra de fertilizantes resolvam o problema a longo prazo de redução de fertilidade do solo na SSA. A gestão sustentável de terras (SLM) e a agricultura de conservação devem ser as outras respostas para resolver o duplo

⁷ O total da despesa pública na SSA, com excepção da África do Sul, pode ser estimada em cerca de US\$ 100 mil milhões p.a.; a despesa pública na agricultura é actualmente de US\$ 5-6 mil milhões e, depois de Maputo, US\$ 10 mil milhões (estimativas baseadas em dados de WDI).

problema das alterações climáticas e de aumentos reais nos preços dos alimentos e dos factores de produção agrícolas.

34. A agricultura de SLM/ conservação inclui tecnologias bem conhecidas e comprovadas, que encontraram alguma aplicação em todas as regiões em desenvolvimento e em vários países desenvolvidos também. O Brasil está na vanguarda destas tecnologias no mundo em desenvolvimento. “Os princípios chave da agricultura de conservação são assegurar a reciclagem e restauração de nutrientes do solo e matéria orgânica e o uso óptimo da chuva através de retenção e de melhor utilização de biomassa, humidade e nutrientes. Os meios para melhorar a produtividade das terras e agrícola podem implicar mudanças na lavoura e cobertura do solo a fim de melhorar a penetração da chuva, gestão melhorada de resíduos das colheitas e da matéria orgânica do solo, recolha de água, drenagem, aplicações de adubos e fosfato rochoso para remediar desequilíbrios químicos, bem como medidas mecânicas como nivelamento de terras, construção de terraços e diques para controlo da erosão e do escoamento superficial (Banco Mundial, 2002, FAO, 2003).

35. A adopção generalizada desta tecnologia, no passado, foi dificultada por preços baixos de agro-químicos, falta de conhecimentos técnicos e custos inicialmente elevados de mão-de-obra. A agricultura de SLM/ conservação inclui uma vasta gama de técnicas com o objectivo de minimizar a aplicação de factores de produção comprados, preservar a estrutura do solo, fertilidade e retenção de água, impedir o escoamento superficial e aumentar a segurança alimentar através do fraco uso de agro-químicos. As tecnologias incluem lavoura mínima ou nenhuma, fertilização, construção de terraços e diques, cobrir com mistura de palha húmida e vegetais, culturas de cobertura, tecnologias de terrenos agrícolas inclinados (SALT), cultivo em curvas de nível, “meias-luas” e “taças” para a captação de água e melhoramento do solo, IPM e outros. Algumas das tecnologias evoluíram espontaneamente como efeitos Boserup⁸. A agricultura de SLM/ conservação não evita totalmente os factores de produção tradicionais. Renunciar a todos os fertilizantes minerais, por exemplo, iria diminuir de forma inaceitável a produção ou não seria viável devido à falta de fertilizantes orgânicos suficientes ou de mão-de-obra suficiente. O desafio consiste em encontrar o equilíbrio certo que melhoraria consideravelmente a relação de preço factores de produção/ produtos.

36. Inicialmente são comuns a muitas tecnologias de conservação maior quantidade de mão-de-obra, menor rendimento e alguma perda de terras aráveis, ocupadas por estruturas ou cercas, ou seja, investimentos adicionais. Foi plenamente demonstrado que os benefícios desse investimento são recuperados com relativa rapidez. Os aspectos positivos são a limitação de despesas e a sustentabilidade a longo prazo. Os factores que favorecem a promoção da agricultura de SLM/conservação em mais larga escala são a capacidade dos serviços estatais de extensionismo ou de ONGs muito motivadas para apresentarem as várias técnicas aos agricultores, garantir direitos à terra, disponibilidade de mão-de-obra na propriedade agrícola, ausência de alternativas imediatas e remuneradas de emprego, que possam desviar a mão-de-obra da agricultura. O acesso a mercados e consumidores urbanos que apreciam produtos orgânicos seria uma ajuda adicional.

37. ***Gestão sustentável da água e desenvolvimento da irrigação:*** Apenas cerca de 7% dos terrenos agrícolas em África são irrigados (4% ou 3.7 milhões de ha, deixando de lado o Norte de África e a África do Sul), comparados com 39% no Sul da Ásia e 29% no Leste da Ásia (FAOSTAT). A expansão da irrigação oferece a melhor e única esperança de auto-suficiência alimentar em África. O desenvolvimento da irrigação torna-se mais urgente com as alterações climáticas, pois a agricultura de sequeiro está a tornar-se cada vez mais arriscada devido a falhas frequentes e pluviosidade irregular numa dada época agrícola.

⁸ Autora Ester Boserup que estudou inovações espontâneas causadas por pressão da população.

38. O potencial de irrigação em África é estimado em cerca de 35 a 42 milhões de ha, baseado mais em parâmetros físicos do que económicos. Existe uma grande disparidade de estimativas acerca dos investimentos necessários para aproveitar o potencial para segurança alimentar nas próximas décadas. A NEPAD estimou US\$ 37 mil milhões para gestão de terras e água a serem gastos entre 2002 e 2015 a fim de se realizar o ODM1. Uma estimativa recente da FAO/FIDA propunha US\$ 85 mil milhões para infra-estruturas hidráulicas num período de oito a dez anos. A conferência de Sirte (2008) sobre irrigação africana e necessidades de energias limpas apresentou um plano detalhado de desenvolvimento hídrico para África, compreendendo investimento de US\$ 64 mil milhões em 20 anos. O trabalho preparatório da Conferência de Sirte também compilou uma carteira de cerca de 1000 projectos e programas de investimento em controlo da água para a agricultura e energia em 53 países africanos. (FAO/NEPAD-Sirte, 2008 (1)).

39. Embora, em geral, o desenvolvimento da irrigação tenha que ser acelerado para reduzir riscos inerentes na agricultura de sequeiro, o projecto do esquema de irrigação também deve ser reconsiderado do ponto de vista das alterações climáticas. Os planificadores da agricultura irrigada terão que considerar a possibilidade de escassez de água no futuro, projectando grandes estruturas de armazenagem de água, e de maiores riscos de cheias através de melhores sistemas de drenagem. Ambos requerem ajustamentos no projecto que podem torná-los mais dispendiosos. Alguns esquemas planeados no passado poderão ter que ser abandonados por serem demasiado arriscados. Todos os especialistas concordam que o planeamento da irrigação, tal como o do fertilizante, deve seguir uma abordagem integrada, abrangendo, para além de construir esquemas, disposições para manutenção a longo prazo, acesso a mercados de factores de produção e produtos, transferência de tecnologia para os utilizadores da água, resolução da posse e de conflitos sobre a posse da terra.

40. **Escala da irrigação.** Em África, mais do que em qualquer outra parte do mundo, os custos mais elevados do investimento inicial tornam a gestão sustentável dos recursos hídricos para a agricultura e a irrigação menos atractivas. Isto deve-se à fraca intensidade das culturas, limitações do mercado para culturas de alto valor, concorrência do arroz importado a um preço baixo, custos elevados do transporte devido às más infra-estruturas rodoviárias para mercados internos e de exportação e a inexistência duma tradição de irrigação. Os enormes recursos hídricos não aproveitados no continente, em especial na África Austral e Central, indicam que há margem para investimento em grandes esquemas de irrigação. Estes têm normalmente muito tempo para planeamento, projecto e encomenda e em particular um custo elevado de investimento por ha (US\$ 12,000 e mais). Géneros alimentícios básicos, como o arroz cultivado nesses perímetros como monocultura, raramente são economicamente viáveis (FAO/TCI, 1997). Contudo, o subsídio transversal a partir do desenvolvimento hidroeléctrico pode ser uma solução nestes casos.

41. Embora o desenvolvimento de grandes esquemas de irrigação não deva, de modo algum, ser descartado quando fizerem sentido do ponto de vista económico, pequenos esquemas privados de irrigação, melhor captação e armazenagem de água, reabilitação de esquemas de irrigação criados no passado e eliminação de lacunas na produção em esquemas de irrigação existentes parecem ser a melhor opção para o melhoramento do fornecimento de alimentos em África. Os esquemas mais pequenos têm sobretudo as vantagens de: melhor cobertura territorial utilizando nichos ecológicos, alargar os riscos de investimento, resposta rápida a necessidades alimentares, gestão mais fácil a nível de associações de utilizadores de água e um grande contributo da mão-de-obra local na construção.

42. **Proteger o invisível.** Em todos os casos de projectos importantes de desenvolvimento existe um risco ao aproveitar os recursos naturais que os pobres e vulneráveis têm estado a utilizar gratuitamente para a sua sobrevivência. O acesso a cursos de água e a águas subterrâneas pouco profundas pode ser impedido pelo desenvolvimento da irrigação organizada baseado em furos

profundos e barragens nos rios ou pelo desvio e acesso a reservas florestais e de pastoreio grátis e por concessões de plantações ou exploração de madeira. Conhecer os direitos ancestrais e consuetudinários dos pobres e vulneráveis e conceder-lhes uma compensação justa, exige uma investigação exaustiva. O governo devia dar uma atenção particular a estas questões, se necessário em colaboração com os seus parceiros do desenvolvimento, planeando qualquer projecto de uso da terra e da água. Uma preocupação recente neste contexto são as iniciativas de investidores do Leste Asiático e do Médio Oriente em valorização das terras em África, com o objectivo de cultivar alimentos para os mercados no seu país de origem. Embora estas empresas prometam injectar investimentos e criar infra-estruturas que beneficiam a população local, existe um risco real de marginalizar os pobres menos informados e grupos vulneráveis da população.

43. **Investigação.** O futuro tipo e orientação da investigação capaz de promover a segurança alimentar pode ser visto duma perspectiva de regiões agro-ecológicas e de zonas de alto ou fraco potencial. Nas zonas de elevado potencial, em particular em esquemas de irrigação existentes, a investigação acerca de tecnologias da revolução verde parece adequada. Enquanto que nas regiões do Sul e do Leste da Ásia (por ex: Punjab, Central Luzon) se observam grandes quantidades de produção de arroz, a lacuna na produção em esquemas africanos indicaria uma reserva de produtividade que ainda pode ser explorada. O sector da arboricultura na África Ocidental, relativamente esquecido, é uma outra oportunidade para uma abordagem da investigação baseada em produtos.

44. Em outras zonas de fraco potencial ou pobres em recursos, a investigação deve realçar uma abordagem sistemática e avançar para uma gestão de recursos que optimize terras, mão-de-obra e recursos hídricos. Isto ajudaria, em particular, as regiões que não oferecem as condições adequadas para repetir o modelo de revolução verde da Ásia em África. Contudo, considerando o longo intervalo entre a investigação e a chegada dos resultados aos campos dos agricultores, deve estar disponível tecnologia básica de outros locais e investigação local adaptável. Neste contexto, a investigação realizar-se-á mais nos campos dos agricultores do que em laboratórios ou estações de pesquisa e deve proceder à identificação de questões a pesquisar, de importância prática para os pequenos agricultores, de forma participativa e, quando possível, em colaboração com as instituições CGIAR relevantes.

45. A investigação agrária muitas vezes precisa de uma massa crítica de investigadores e estruturas para ser eficaz e estes custos são na maior parte inoportáveis para pequenos países africanos. Foi sugerido um alvo de 2% do Produto Interno Bruto Agrícola (PIB Agrícola) pelo Banco Mundial em 1981 e 4% por FARA para as despesas com a investigação em países em desenvolvimento. Esta percentagem seria idêntica em países desenvolvidos e elevaria os custos da investigação agrária na SSA para cerca de US\$ 2 mil milhões anualmente, segundo o Banco Mundial e US\$ 4 segundo o FARA⁹. Reunir as investigações através das fronteiras nacionais em regiões agro-ecológicas semelhantes e acordos com instituições de investigação e universidades estrangeiras ajudarão a conter os custos. A maior parte da investigação na SSA será no domínio público pois a investigação privada na agricultura, que é relativamente importante em países desenvolvidos, provavelmente continuará limitada na SSA devido a falta de mercados para os resultados da investigação e a questões relacionadas com direitos de propriedade intelectual (DPR).

46. **Aceder ao comércio de gás com efeito de estufa.** A armazenagem e o sequestro de carbono tornaram-se tópicos chave visto que o mundo está cada vez mais preocupado com as alterações climáticas. Os sistemas de limitação e comércio de emissões poderão estender-se no futuro, ultrapassando o esquema no quadro do Protocolo de Quioto. A África tem uma oportunidade de

⁹ Com base num PIB Agrícola de cerca de US\$ 100 mil milhões na SSA, segundo o Banco Mundial, 2007 e 2008

contribuir e tirar benefícios de acordos internacionais futuros como resultado da reunião de Copenhaga e seguintes. Isto implicaria a capacidade de identificar traços de gás com efeito de estufa na agricultura, silvicultura e pecuária e utilizar esta informação como instrumento de negociação em futuras conferências de limitação e comercialização de carbono. O reforço de capacidades para gerar conhecimentos sobre fontes de energias renováveis africanas, charcos de carbono criados através de práticas de gestão de florestas e terras, composição de raças de gado e hábitos alimentares com impacto em emissões de gás metano, acabará por se revelar um investimento rentável.

47. A agricultura possui um grande potencial para reduzir os gases com efeito de estufa e, em África constitui a oportunidade mais importante de obter créditos no sistema de comércio futuro. Uma mudança relativa de colheitas anuais para a arboricultura e de agricultura convencional para agricultura de conservação pode aumentar a quantidade de carbono armazenada. O sector da arboricultura (borracha, cacau, óleo de palma, coco) teve um declínio relativo no último meio século a favor de outras culturas e de utilizações residenciais da terra. Em regiões apropriadas estas culturas têm vantagens comparativas com relação às culturas anuais e o seu maior valor de armazenagem de carbono dá-lhes uma margem financeira que é necessária para a ressurreição do sector.

48. Evitar a desflorestação (A África perdeu 9% das suas florestas entre 1977 e 2007) e a reflorestação são outras formas através das quais a SSA podia beneficiar do comércio de carbono. Uma plantação de árvores, *ao crescer*, aspira CO₂ equivalente a uma vez e meia o seu crescimento médio anual (m.a.i.) em madeira seca da atmosfera e armazena carbono, libertando oxigénio. O valor de CO₂ no mercado de comércio de carbono, ainda limitado mas em crescimento, que se seguiu ao Protocolo de Quioto no quadro do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (CDM) variou de US\$ 5 para US\$ 35 por tonelada. A agricultura e a silvicultura ainda não foram incluídas no comércio de carbono devido a uma série de questões pendentes acerca de monitorização, medição e metodologia. Todavia, são a principal oportunidade de África de participar na próxima expansão do comércio de carbono. Portanto, os países africanos devem preparar-se para defender veementemente a inclusão da agricultura e silvicultura em quaisquer esquemas futuros de comércio de carbono, definir uma posição comum e desenvolver capacidade profissional para a defender em negociações futuras.

2.3 Áreas prioritárias de investimento público:

49. As duas categorias de investimento pendentes, por volume, para tratar das alterações climáticas na agricultura africana são irrigação e gestão sustentável do solo.

50. *Gestão da água e irrigação.* A partilha de custos pública-privada depende em grande medida do nível de investimento e da natureza dos seus bens públicos. Um grande investimento em infra-estruturas de irrigação será sobretudo do domínio público. Prevê-se que a maior parte dos grandes esquemas de irrigação, incluindo reabilitação, identificados em Sirte, serão financiados principalmente com fundos públicos. Isto referir-se-ia ao grosso de oportunidades de investimento em irrigação e gestão da água e seria na ordem de US\$ 50 mil milhões durante 10-15 anos (FAO, 2008 (1)). A recuperação de custos nos agricultores para as principais estruturas (barragens, canais) raramente será possível.

51. Contudo, o investimento em fazendas e a construção e manutenção de canais terciários deve ser entregue a organizações de agricultores e a agricultores individuais. As respectivas despesas públicas incluem capacitação para transferência de tecnologia, apoio a organizações de agricultores e grupos de utilizadores de água, legislação sobre direito à água, acordos internacionais sobre

partilha da água em sistemas fluviais transfronteiriços. Pequenos investimentos em gestão da água e irrigação (desvio de pequenos cursos de água, represas sazonais, construção de poços e bombas de pedal, irrigação com bombas mecânicas a partir de poços pouco profundos e ribeiros) e outros pequenos investimentos é melhor serem devolvidos a comunidades locais, que partilhariam os custos com investidores privados e agricultores e receberiam ajuda em matéria de planeamento e financiamento parcial do governo central.

52. ***Fertilizante e agricultura de conservação.*** A Cimeira de Fertilizante de Abuja concordou com subsídios para tornar o uso de fertilizante rentável para os agricultores e ao custo total (IFDC 2009). Além disso, é necessário investimento público em capacitação para transferência de tecnologia, distribuição de sementes mãe para empresas de comercialização de sementes ou associações de agricultores, extensionismo, legislação sobre fertilizantes e sementes, controlo de qualidade de fertilizantes, controlo e certificação de negociantes de fertilizantes *bona fide*.

53. Como notado anteriormente, embora as experiências bem sucedidas de agricultura de conservação no continente devam ser aprofundadas e repetidas, isto não será suficiente para resolver eficazmente a insegurança alimentar no continente. Tem que ser utilizado conjuntamente com fertilizante. Além disso, conforme os benefícios aumentam para o país, em geral, deve ser considerado o pagamento de incentivos aos agricultores, que assumem os investimentos iniciais de mão-de-obra intensiva. Esta transição deve ser apoiada por legislação melhorada sobre a posse da terra e gestão de recursos naturais e por assessoria técnica competente e interação intensiva com a comunidade de agricultores durante as fases introdutórias iniciais da agricultura de conservação. A este respeito, deve-se procurar a cooperação com países experientes no quadro do programa de colaboração sul-sul.

III DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO AGRÍCOLA REGIONAL E DO SISTEMA DE MERCADO

3.1 Aspectos e desafios no desenvolvimento do comércio e de mercados

54. *Estado do comércio regional em África.* Considerando a porção comercializada, altamente dinâmica, no valor de US\$ 50 mil milhões do mercado africano de alimentos, em grande medida abastecido com produtos do estrangeiro, é natural imaginar uma grande possibilidade de substituição das importações ou de, pelo menos, participação no crescimento do mercado através de mais produtos locais. Foi neste contexto que os líderes africanos decidiram promover a integração regional do mercado, no passado através das CERs e mais recentemente através da criação dum mercado comum africano para a alimentação e a agricultura através das CERs.

55. Contudo, como a criação de blocos comerciais pode causar tanto efeitos de criação de comércio (eficaz) como de desvio (ineficaz), é evidente que só o comércio criativo explora vantagens comparativas, conduz a preços mais baixos e assim aumenta o rendimento real para os consumidores e aumenta o bem-estar geral.

56. Apesar da posição dominante da agricultura na economia, as importações de produtos agrícolas em África têm estado a aumentar gradualmente. São presentemente de US\$ 33 milhões anualmente (números de 2000-2005) e superiores às exportações agrícolas (US\$ 21 mil milhões) (CEA, 2009). Isto devia indicar uma margem substancial para substituição das importações e expansão do comércio intra-africano, que tem o forte apoio político de todos os líderes africanos. Embora o comércio de alimentos e a agricultura continuem oficialmente moderados, estão a crescer. As exportações (internas) passaram de US\$ 2.7 mil milhões para US\$ 3.8 mil milhões entre 1996-99 e 2002-2005 e as importações (internas) de US\$ 2.5 para US\$ 2.8. De momento, o comércio interno em produtos agrícolas entre os africanos refere-se a cerca de 20% das exportações africanas e a 14% das importações. Apesar de estar a crescer, o comércio interno teve uma tendência para diminuir nos últimos anos enquanto que o comércio agrícola africano com o resto do mundo cresceu ainda mais depressa devido à expansão económica durante a década de 1995-2005 (FAO, 2006 (2)).

57. O padrão do comércio interno na agricultura varia de região para região e de produto para produto. Isto deve-se à proximidade geográfica de parceiros comerciais e à barreira tarifária externa relativamente elevada de 20% em média para produtos agrícolas das CERs. As exportações (internas) em 2002-05, em média, foram mais desenvolvidas na COMESA (34%) e menos na CEEAC (27%). Contudo parece que esta última baixou dum nível relativamente elevado de 56% em 1996-99, reflectindo possivelmente a difícil situação de segurança na região.

58. A respeito das importações (internas), os países da UMA têm tido mais sucesso na importação de dentro da sua CER (24%) e a EAC fez 14% das suas importações agrícolas dentro da comunidade. O comércio interno através das fronteiras das CERs é em geral bastante limitado, excepto quanto à posição dominante da SADC em importações por outras CERs, o que reflecte o elevado grau de competitividade da África do Sul no comércio agrícola.

59. Embora os dados sobre o comércio interno de produtos não estejam completos, os cereais parecem predominar nas exportações (internas) com 6%, em contraste acentuado com a parte dos cereais nas importações (internas), o que demonstra o longo caminho a percorrer até que hajam excedentes significativos de cereais em África para exportação. O baixo volume de cereais que *são* exportados de países africanos vai na verdade para os seus vizinhos. Dominantes neste comércio

são as exportações sul-africanas de milho. No outro extremo das exportações (internas) encontram-se frutas, legumes e especiarias que representam 7%-8%, uma vez que o grosso das exportações é enviado para o estrangeiro.

Quadro 1: Comércio Intra-Africano de Principais Grupos de Alimentos, médias de 2002-05

Produtos	África exporta para:			África importa de:		
	Mundo	África (.....milhões US\$.....)	% de Comércio interno	Mundo	África (.....milhões US\$.....)	% de Comércio interno
Cereais	868	558	64.3	7477	451	6.0
Óleos e Gorduras	622	190	30.5	2176	213	9.8
Sementes oleaginosas	282	75	26.6	374	63	16.9
Produtos lácteos	197	115	58.3	1437	112	7.8
Carne e Derivados de Carne	245	122	49.8	871	55	6.4
Açúcar ^{1/}	993	313	31.5	1274	233	18.3
Legumes e Frutas ^{2/}	3557	266	7.5	1294	278	21.5
Bebidas	844	271	32.1	502	134	26.7
Animais Vivos	315	163	51.6	150	39	26.0
Café, Cacau, Chá	4363	321	7.4	717	304	42.5
Especiarias	237	18	7.6	84	23	27.2
Outros produtos alimentares	4380	869	19.8	3743	897	24.0
Total	16904	3280	19.4	20099	2803	13.9

Notas:

^{1/} Inclui doçaria ;

^{2/} Inclui raízes e tubérculos

Fonte: COMTRADE

60. Café, cacau, chá dominam as importações (internas) com 42%. No fim das importações (internas) encontram-se os cereais, como mencionado, produtos lácteos e carne, sendo 6%-8% das importações africanas provenientes de África. A parte modesta do comércio intra-africano no total do comércio africano deve-se a uma série de factores, a maior parte do lado da oferta e alguns do lado da procura. Baixos rendimentos significam fraco poder de compra o que diminui a procura de importações e dificulta o comércio em produtos de alto valor, que talvez possam suportar os custos elevados de comercialização e transporte. Há também falta de diversidade e complementaridade de produtos agrícolas em vários países, que podiam estimular as trocas comerciais. A África, na verdade, ainda está dependente de alguns produtos de exportação de relativamente pouco valor acrescentado, sofre de dispersão de fontes de abastecimento, quadros legais e reguladores inadequados e infra-estruturas de transporte, armazenagem e comercialização insuficientes.

61. Historicamente, os aglomerados urbanos evoluíram principalmente ao longo da costa e o abastecimento por via marítima era mais barato para adquirir alimentos do que por via terrestre, uma vez que as infra-estruturas são deficientes e os pequenos agricultores se encontram dispersos. As políticas são muitas vezes caracterizadas por uma tendência anti-agricultura e anti-rural, que é difícil de ultrapassar quando o número de pobres urbanos está a crescer e a pedir alimentos baratos. As exportações subsidiadas dos países desenvolvidos dificultaram o desenvolvimento do mercado para produtos locais. Tais distorções estão a ser removidas gradualmente mas o seu legado continuará a fazer-se sentir durante algum tempo. Depois do ajustamento estrutural e do governo ter deixado de intervir directamente, o sector empresarial privado não conseguiu e não está disposto a substituir o vazio deixado pelos serviços anteriores de comercialização e aquisição do governo,

muitas vezes insustentáveis. Isto afectou negativamente todo o comércio agrícola e não apenas o comércio interno.

3.2 Constrangimentos e oportunidades no comércio nacional e regional

62. O comércio interno beneficia da vontade política forte e credível dos líderes africanos. As resoluções de Abuja pretendem criar um mercado comum para alguns produtos alimentares estratégicos, incluindo arroz, legumes, milho, algodão, óleo de palma, carne de vaca, produtos lácteos, aves domésticas e pescado. Outros produtos compreendendo mandioca, milho-miúdo, sorgo, deverão beneficiar da eliminação sub-regional de barreiras comerciais.

63. Há dois tipos de constrangimentos principais à expansão do comércio interno. Um é a existência de obstáculos administrativos internos ao comércio isento de tarifas e barreiras não tarifárias (NTB), bem como as chamadas NTB não oficiais, barreiras ilegais nas estradas, taxas e subornos. O outro tipo está relacionado com o sistema de abastecimento agrícola e comercialização em si, que é segmentado, mal equipado, sub-financiado e mal organizado para fazer face a uma procura urbana dinâmica de alimentos.

64. Quanto ao primeiro tipo de impedimento, as CERs já eliminaram bastantes barreiras tarifárias internas tendo em vista zonas de comércio livre. O comércio em cada uma das CERs estará em breve completamente isento de direitos. Como os direitos representam uma porção considerável de 10%-30% das receitas do governo, a perda pode ser sentida até certo ponto pelos países que contam muito com esses direitos. De momento, o comércio intra-CERs ainda é relativamente fraco e a perda de receitas é tolerável, mas as perdas podem tornar-se significativas quando as CERs avançarem para uma união aduaneira ou se, no futuro as CERs se fundirem num mercado comum africano e se chegar a acordo sobre tarifas externas comuns.

65. A respeito de produtos estratégicos, vale a pena notar que todos os países africanos (e países em desenvolvimento não africanos) cobram impostos mais altos aos produtos agrícolas, em graus variáveis, do que aos produtos não agrícolas (FAO, 2006 (2)). Persistem algumas barreiras não tarifárias, como impostos internos sobre alguns produtos agrícolas, mas a sua incidência está a desaparecer rapidamente. A imposição de critérios técnicos ao comércio transfronteiriço continua a ser um problema pois, muitas vezes, é considerada como uma forma arbitrária de impedir o comércio. Os critérios exagerados sobre a segurança dos alimentos impostos pela UE não devem ser copiados literalmente pelos países africanos para o comércio entre si, mas sim adaptados às condições locais. Além disso, a tendência de liberalização dos critérios e a dificuldade em os fazer cumprir oficialmente são outras razões para os governos se absterem de impor esses regulamentos para além do estritamente necessário. A experiência mostra que a segurança eficaz dos alimentos implica a cooperação entre a indústria e o governo, ou seja, uma combinação de acções privadas e regulação pública. Quando, em vez disso, a política de segurança dos alimentos é baseada em determinações e inspecções, os resultados serão provavelmente fracos tanto numa perspectiva de saúde pública como de comércio.

66. Uma questão bastante indefinida é o papel de GMO em África que terá que ser tratado política e tecnicamente. Os países devem aumentar os esforços para harmonizar os critérios técnicos. Para as características dos alimentos o Codex Alimentarius é um guia e a FAO uma fonte de assistência prática. Para as plantas, aplica-se Convenção Internacional de Protecção das Plantas (IPPC). O movimento de animais vivos, que são criados ao ar livre em condições pouco controladas, exige harmonização e cumprimento de normas veterinárias. As Regras de Origem, referentes ao tratamento dado pelas alfândegas a produtos em trânsito e aos que contêm ingredientes

de várias origens, ainda têm que ser harmonizadas. Contudo, em geral, o comércio intra-CERs está agora relativamente livre de obstáculos de carácter administrativo.

67. As NTB não oficiais continuam a colocar problemas. Segundo provas discutíveis, há um aumento acentuado de barreiras ilegais na estrada e taxas arbitrárias impostas sobre o comércio inter-regional que deve ser seguido de perto. Como em qualquer liberalização do comércio, o desenvolvimento do comércio intra-africano tem ganhos e perdas durante um período de adaptação. Os produtores, que são favorecidos pela natureza e competitivos, tenderão a dominar o comércio de produtos até que os que ficaram para trás encontrem um novo nicho para desenvolver a sua vantagem comparativa. Por esta razão os responsáveis pela integração introduziram a cláusula dos produtos sensíveis. Os produtores e consumidores líquidos de alimentos podem ter opiniões diametralmente opostas sobre mudanças de preço.

68. Dependendo do grupo que for mais numeroso e se manifestar mais, as exportações ou importações extra de géneros de primeira necessidade podem ser bem-vindas ou mal recebidas. O desafio é os governos adoptarem uma abordagem equilibrada e a utilização do argumento de produto sensível com moderação. O diálogo público-privado entre o governo e o sector do comércio agrícola são uma forma de mitigar a excessiva flutuação de preços e evitar uma reacção política contra o comércio livre. Também é fundamental que as políticas para a expansão do comércio sejam combinadas com medidas que protejam os que ficarem prejudicados, através de redes de segurança e de promoção de emprego alternativo na agricultura e fora dela.

69. As perspectivas para aumentar o comércio intra-africano a respeito de determinados produtos podem ser resumidas como se segue.

70. **Cereais.** Considerando que a grande dependência da maioria dos países das importações, existe uma boa oportunidade para aumentar o comércio intra-africano de arroz, milho e alguns outros cereais. O comércio de arroz e milho já está bem estabelecido em algumas CERs, embora em pequena quantidade para o arroz. A expansão do comércio teria que competir sobretudo com trigo e milho importado de fora de África. Contudo, o principal factor que limita o comércio interno, é a capacidade de oferta africana.

71. **Carne.** A exportação (interna) está bem estabelecida, tanto para animais vivos como para carne de vaca. A SADC é o principal exportador de carne de vaca e os animais vivos têm sido exportados tradicionalmente do Sahel para matadouros em centros de consumo na África Ocidental. Além disso, no passado, o peixe seco era exportado regionalmente do Lago Chade e de outros cursos de água internos. A maior parte das aves domésticas é comprada fora de África (UE, EUA, China). A perspectiva de aumentar o comércio de aves domésticas depende, mais uma vez, da disponibilidade de alimentos a baixo custo em países produtores africanos. A África perdeu a sua posição anterior na Europa para carne de vaca congelada porque não conseguiu cumprir as rigorosas regras de segurança. O próprio mercado africano oferece boas perspectivas para comércio interno de carne.

72. **Açúcar.** O comércio interno em África já é bastante elevado e a balança comercial com o resto do mundo é positiva. A maior parte das exportações para o resto do mundo é comercializada no quadro de acordos comerciais preferenciais. Enquanto estes estiverem em vigor, o comércio não será desviado facilmente para África aonde os preços têm que ser mais baixos, mas ainda há bastantes oportunidades para aumentar o comércio interno para quaisquer quantidades produzidas em excesso com relação às quotas preferenciais.

73. **Óleos e gordura.** A África tem muita falta de óleo vegetal e gorduras e o comércio interno destes produtos é fraco. O mais importado é o óleo de soja. A África perdeu a maior parte da sua auto-suficiência e outlets de exportação para amendoim, palma e óleo de palma há muito tempo. O principal problema deste sector é a produção insuficiente. O renascimento do sector africano da arboricultura, possivelmente apoiado pelo comércio de carbono, podia ajudar a incentivar esquemas de replantação para o óleo de palma.

74. **Legumes e Frutas.** O comércio interno de legumes e frutas está relativamente fraco em termos de exportações. Os legumes são muito comercializados dentro da região e representam cerca de 16% do comércio interno (importações). Há mais complementaridade comercial em legumes e frutas do que noutros produtos agrícolas e a oportunidade de maior comércio interno parece boa. Os legumes frescos são exportados sobretudo para fora de África, legumes processados e frutas são muito importados do estrangeiro. Devido a requisitos de deterioração e processamento, as perspectivas comerciais dependem muito da integração vertical de cadeias de mercado.

75. **Necessidade de valor acrescentado para produtos primários.** Há claramente a necessidade em África de ir mais além do que exportar produtos agrícolas para serem processados no estrangeiro. Na SSA o valor acrescentado ao produto agrícola primário até à fase de consumo pode duplicar o custo da matéria-prima, mas isto tem uma tendência de se tornar rapidamente um múltiplo do valor da matéria-prima quando as receitas aumentarem. Na América Latina o valor acrescentado é três ou quatro vezes o valor da matéria-prima e nos países desenvolvidos é dez vezes ou mais¹⁰.

76. Os esforços para acrescentar valor a produtos agrícolas primários em África são contrariados por direitos sobre a importação nos principais destinos de exportação no estrangeiro, aumentando progressivamente com o valor acrescentado, custo elevado e necessidade de importar equipamento de processamento e materiais de embalagem e normas de qualidade e segurança impostas pelos países importadores. Os países que desenvolveram valor acrescentado e actividades de agro-processamento geralmente avançaram por etapas, começando com actividades simples de semi-processamento e passando a produção mais sofisticada de produtos finais. Isto ajudou a conter o custo de processamento e o risco de mercado, ao mesmo tempo que se familiarizavam com os requisitos do mercado externo. Os exemplos são folhas de madeira e partes de móveis em vez do móvel inteiro, polpas de fruta congelada em vez de geleias embaladas.

3.3 Áreas prioritárias para acção

77. **Integração do mercado regional.** Como foi discutido acima, a integração do mercado regional está no caminho certo, guiada pela forte vontade política de líderes africanos. Os próximos passos – a criação dum mercado comum africano para produtos estratégicos e uma união aduaneira pan-africana – têm que ser preparados cuidadosamente. Em particular, o estabelecimento duma tarifa externa comum pode colidir com os acordos preferenciais de comércio que alguns países africanos fizeram com parceiros não africanos, em especial a UE. Não é claramente do interesse dos países africanos perder o acesso preferencial a mercados em países desenvolvidos, pelo menos a curto prazo. Contudo, não há motivo para satisfação. A competitividade internacional no comércio agrícola deve ocupar um lugar cimeiro na agenda africana, pois outras regiões em desenvolvimento pressionam para o estatuto MFN com importadores que garantem a preferência.

¹⁰ Há sinais de reacção em alguns países desenvolvidos contra alimentos com processamento extremamente sofisticado, canais de comercialização excessivamente longos e ingredientes de múltiplas origens no produto final, uma vez que os consumidores se tornam cépticos quanto ao valor nutricional e impacto ecológico de práticas globalizadas de agro-negócio.

78. ***Mercado local e facilidades de comercialização.*** Entre os dois tipos de impedimentos citados anteriormente, a insuficiência de excedentes comercializáveis e sistemas fracos de comercialização, processamento e transporte são obstáculos muito maiores ao comércio intra-africano do que as barreiras administrativas em desaparecimento rápido. Na primeira parte desta discussão, as questões de investimento em produção agrícola foram realçadas e as necessidades e o potencial descritos, tendo como objectivo, em particular, aumentar a produtividade agrícola.

79. O investimento em comercialização interna é tão essencial como o investimento em produção primária e torna-se cada vez mais importante à medida que os rendimentos aumentam e os mercados evoluem. Os custos do transporte rodoviário dos alimentos de zonas agrícolas internas com excedentes para os consumidores no litoral são muitas vezes mais elevados do que os custos do frete marítimo do estrangeiro. Isto é causado pelas pequenas quantidades disponíveis em locais dispersos geograficamente combinadas com uma rede de estradas deficiente, falta de mercados, armazéns de frio, processamento e canais comerciais fragmentados em geral. Falta concorrência porque quantidades pequenas não permitem um negócio rentável para muitos operadores e existem inúmeras barreiras à entrada, favorecendo monopólios locais.

80. A integração vertical de empresas é afectada por falta de capital operacional, pelo seu custo elevado e por risco de preço elevado e de perda física em qualquer fase de comercialização. Os investimentos na primeira fase de pós produção (montagem e comercialização inicial, debulha, descasca, cozedura, moagem, armazenagem) bem como estradas rurais que liguem as explorações agrícolas podem exigir pelo menos dois terços do volume de investimento considerado necessário para produção primária (FAO, 1996).

81. Quanto a estradas rurais, a maior necessidade discutível em desenvolvimento agrícola africano, a experiência mostra que é essencial criar um sentimento de posse nos beneficiários e nas comunidades em causa para que assumam a responsabilidade pelo funcionamento e a manutenção pós investimento. A construção de estradas rurais deve ser devolvida ao governo local e às comunidades locais, que geralmente requerem fundos do governo central para implementar e manter os trabalhos. De igual modo, a construção e operação de mercados locais e as suas regras devem ser confiadas aos governos locais e organizações de agricultores.

82. ***Agro-processamento e valor acrescentado.*** Os laços entre agricultores e negócios são fundamentais para a integração bem sucedida dos agricultores no mercado. Há muitos modelos de laços verticais na cadeia de valor agrícola, entre os quais figura agricultura sob contrato, esquemas de produtores externos, estados centrais, crédito a fornecedores e compradores e outros. Todos eles têm em comum o facto de reduzirem riscos estabelecendo relações mutuamente benéficas entre produção, comercialização e processamento, que estimulam e permitem amortizar os investimentos em cadeias de valor acrescentado. Os mercados para serviços de valor acrescentado em comercialização, processamento, handling e armazenagem de alimentos aumentam com receitas e urbanização. Os sistemas agro-alimentares são fundamentais para o crescimento agrícola geral, mas é preciso atenção para identificar mercados para serviços de valor acrescentado. É a procura do consumidor que acrescenta valor, não a empresa. Se não houver maior procura de processamento de alimentos, as empresas irão falir.

83. As empresas de agro-negócio geralmente preferem lidar com agricultores comerciais e grupos de agricultores do que com pequenos agricultores no patamar da economia de subsistência. Contudo, a experiência demonstra que os agricultores comerciais podem atrair grupos de pequenos agricultores em todo o mundo, que imitam os seus padrões de produção, e podem beneficiar das suas estruturas de comercialização e organização. O processamento de mais alto nível tende a

situar-se nas principais cidades por razões de acesso a serviços, proximidade do mercado, serviços do governo e fontes de financiamento.

84. O crédito é o principal constrangimento a empresas no ramo do agro-negócio, em particular pequenas empresas. Essas empresas apresentam um alto risco para a concessão de crédito devido a capacidades limitadas de gestão e técnicas. Capital e tecnologia são essenciais para cumprir as normas de segurança alimentar e aumentar as expectativas do consumidor. Pode ser garantido melhor acesso ao financiamento através da promoção de bancos rurais locais e da formação do pessoal dos bancos rurais em avaliação de projectos de agro-negócio.

85. A transferência de tecnologia para pequenas empresas (capacidade de comercialização, planos de negócios e pesquisas de mercado, estabelecimento de sistemas de contabilidade) é às vezes realizada por instituições semi-públicas apoiadas por doadores externos. A sustentabilidade a longo prazo de tais instituições deve ser garantida por mecanismos apropriados de recuperação de custos. Incubadoras de agro-negócio podem ser vistas como precursoras de mercados de capital de especulação e precisariam de pré requisitos idênticos como a disponibilidade de empresas familiares para aceitar parceiros externos, distribuir o risco financeiro entre diferentes tipos de empresas, estratégia de saída para o accionista e políticas favoráveis em geral.

86. Embora o sector do agro-negócio progrida melhor sem a interferência do governo, são necessários serviços públicos para mobilizar capital privado. Isto inclui tecnologia pós colheita e extensionismo dirigidos aos pequenos agricultores; infra-estruturas e serviços rurais, em particular, estradas, electricidade e telecomunicações; informação sobre o mercado; formação em comercialização e extensão para agricultores comerciais; intermediários financeiros rurais; fornecedores de serviços técnicos a empresas de agro-negócios; legislação e cumprimento da lei a favor da concorrência, eliminação de barreiras administrativas à entrada; destruição de monopólios, prevenção de cartéis; protecção de contratos e direitos de propriedade; delimitação de zonas industriais e disponibilização de infra-estruturas básicas em zonas urbanas e rurais.

87. **Zonas de investimento agrícola.** A delimitação de zonas de investimento agrícola é um conceito que prevê a definição de zonas agro-ecológicas para produtos alimentares estratégicos, facilitando investimentos e fornecendo serviços para as tornar competitivas. Nessas zonas seriam estabelecidas políticas favoráveis, quadros institucionais e legais para o desenvolvimento e a gestão de terras e recursos hídricos e disponibilizadas infra-estruturas e serviços para atrair companhias transnacionais de agro-negócio. Isto ajudaria a mobilizar investimento para desenvolver um sistema de produção, processamento, transporte e comercialização coordenado verticalmente para os produtos estratégicos. Além disso, as zonas de investimento agrícola devem ter prioridade no ensino superior nacional de agronomia e na orientação da investigação (ECA, 2009).

IV FINANCIAR A AGRICULTURA AFRICANA

4.1 Aspectos e Desafios

88. *Necessidades de investimento.* A agricultura africana precisa de grande investimento adicional para melhorar a segurança alimentar e o crescimento económico no continente. O aumento da produtividade agrícola através do desenvolvimento viável de infra-estruturas e o uso de melhor tecnologia e factores de produção é a única forma de escapar da armadilha da pobreza e aumentar os rendimentos das pessoas e os níveis de nutrição. As taxas tradicionais de crescimento a longo prazo da agricultura na SSA, na ordem de 2.5%-3%, precisam de ser pelo menos duplicadas como estipulado no CAADP. Isto sugere o dobro do investimento na agricultura.

89. *Questões metodológicas.* A identificação dos investimentos necessários para um alvo específico de crescimento da agricultura não é uma tarefa fácil. A relação de investimento e crescimento na agricultura é complexa e raras vezes linear. Como o crescimento agrícola depende duma série de factores, alguns dos quais fora do controlo humano, a produtividade do capital investido¹¹ na agricultura varia consideravelmente entre países e regiões agro-ecológicas. A resposta da produção ao investimento é boa quando os recursos naturais, o quadro de políticas, a infra-estrutura existente e o acesso ao mercado são favoráveis e é fraca quando não existem essas condições. Como já foi sugerido, seria prudente um país concentrar fundos escassos de investimento em zonas agro-ecológicas e tipos de investimento mais receptivos a fim de aumentar as possibilidades de crescimento rápido¹². Uma razão importante para privilegiar investimentos de potencial elevado é atrair recursos financeiros normalmente fungíveis para os quais a agricultura deve concorrer com outros sectores. Os governos têm um papel essencial a desempenhar no financiamento de bens e serviços públicos, que ajudem a atrair fundos transitórios de investimento¹³.

90. *Estimativas de investimento.* Foram feitas tentativas através do quadro do CAADP de calcular o volume de investimento para atingir a taxa de crescimento necessária a fim de realizar o ODM1. As estimativas de fontes diferentes convergem para um montante cumulativo de US\$ 250 mil milhões necessários entre 2005 e 2015 ou cerca de US\$ 18 mil milhões anualmente¹⁴. O Grupo Director Africano do MDGv acredita que destes cerca de US\$ 8 mil milhões devem ser disponibilizados como ajuda externa e que a taxa de crescimento alvo devia passar para 7.5%.

91. *Eventos recentes.* A crise financeira e a alimentar têm repercussões para o processo MDG e estratégias CAADP. A crise financeira reduzirá os fundos de investimento em geral, devido à crise orçamental nos países doadores, redução de remessas e repatriamento de capital privado. A crise dos preços dos alimentos proporciona oportunidades a produtores de alimentos para beneficiarem dos preços elevados, mas piora a segurança alimentar de mais consumidores de alimentos, incluindo os mais pobres e vulneráveis. Estes factos ainda não foram integrados nas estimativas de

¹¹ Em termos macroeconómicos o rácio inverso capital-produto

¹² Isto refere-se em particular a investimentos agrícolas produtivos necessários para produzir alimentos e receitas extra. O investimento no sector social, em especial na saúde e educação, deve ser distribuído equitativamente numa base por habitante, independentemente de a população viver em zonas de alto ou baixo potencial. Esta é uma questão de justiça social e permitirá que os beneficiários tenham uma vida activa, saudável, na agricultura ou não e, em zonas de fraco potencial, que deixem a agricultura, inclusive que emigrem. Os governos devem garantir que uma eventual tendência urbana em investimentos no sector social seja totalmente identificada e eliminada.

¹³ A nível macroeconómico os planificadores do investimento distinguem entre investimentos brutos e líquidos. Os últimos são estatisticamente menos facilmente identificáveis, mas são relevantes para o crescimento. Investimentos que simplesmente substituem bens que estão no fim da sua vida útil ou danificados por falta de manutenção (incluindo projectos de reabilitação) não produzem crescimento mas mantêm o *status quo*.

¹⁴ Isto compara-se com ceca de US\$ 11 mil milhões calculados anualmente pela FAO por ocasião do WFS em 1996 (FAO, 1996).

investimento nem o facto da data limite de realização do ODM se estar a aproximar e de os investimentos estarem bastante atrasados.

4.2 Acções prioritárias para atrair mais investimentos em agricultura

92. *Origens e tendências de investimentos agrícolas.* As três categorias de origens para os investimentos agrícolas geralmente consideradas são: recursos públicos internos, APD e recursos privados internos.

93. *Aumentar a despesa pública.* Segundo a declaração de Maputo, as despesas públicas na agricultura deviam atingir 10% dos orçamentos do governo durante um período de cinco anos, a começar em 2006. A percentagem é elevada segundo padrões históricos. Em 1980 a despesa pública africana na agricultura chegou a 6.2%, a 4.5% em 2002 e a 5.6% em 2006 (IFPRI, 2009 (2); isto difere de certo modo de RESAKSS, 2009). O declínio desde 1980 reflecte uma redução de subsídios e o encerramento gradual de empresas estatais que davam prejuízo no sector agrícola, enquanto outros sectores ganhavam importância nas contas nacionais. Segundo IFPRI e RESAKSS apenas alguns países (Gana, Burkina Faso, Etiópia, Senegal, Guiné, Chade, Etiópia, Mali, Malawi e Níger) conseguiram 10%. Se a declaração de Maputo se concretizar, a despesa pública na agricultura passará para US\$ 6.7 mil milhões¹⁵. Os governos deviam fazer todos os esforços para cumprir os anúncios feitos em Maputo. Tem que ser fixado um novo prazo a ser cumprido na SSA.

94. *Reforçar a sensibilização sobre a agricultura.* A divergência entre o compromisso de Maputo e a realidade não é surpreendente considerando que para aumentar a parte da agricultura no orçamento, os outros ministérios têm que aceitar reduzir as suas. Um requisito chave para cumprir a declaração de Maputo é o reforço do eleitorado agrário em países africanos (BAD, 2009). As decisões sobre dotações orçamentais são geralmente tomadas pelos ministros das finanças e do planeamento. Portanto, propõe-se o estabelecimento dum Programa de Governação do Sector Agrícola (ASGP) no quadro do CAADP, cuja tarefa seria harmonizar os esforços nacionais tendo em vista os objectivos do CAADP e reunir todos os intervenientes para criar uma frente comum de sensibilização a favor da agricultura. Em particular, o ASGP ajudaria na capacitação de eleitorados agrários nacionais, incluindo ministérios da agricultura e respectivos sectores, instituições relacionadas com a agricultura e ONGs relevantes a fim de aumentar o seu poder de lobbying. Devem ser capazes de colocar questões de desenvolvimento relevantes sobre agricultura e segurança alimentar, obter maior visibilidade do sector na opinião pública e nos média, preparar e apresentar propostas de financiamento viáveis e dar a conhecer realizações a um público céptico que considera a agricultura como um sector atrasado.

95. *Aumentar a eficiência das despesas.* Para além da atribuição nominal de fundos adicionais à agricultura em orçamentos do governo, a eficiência e a eficácia das despesas devem ser monitorizadas e avaliadas. Um instrumento útil para melhorar a qualidade do processo de orçamentação são os orçamentos com base em produtos/resultados. Esses orçamentos podem ter que ser acordados por todas as instituições do governo e não ficar limitados aos ministérios da agricultura. Os orçamentos com base em produtos/resultados definiriam indicadores de desempenho anuais ou plurianuais e teriam como alvo propostas de despesas para os realizar, de preferência com um quadro lógico para definir os produtos de serviços e investimentos desejáveis no sector agrícola.

96. A orçamentação com base em produtos/ resultados será mais convincente para os decisores nos ministérios das finanças do que orçamentos convencionais orientados para inputs, orçamentos

¹⁵ Uma outra estimativa baseada no Banco Mundial, 2007, 2008 indicaria US\$ 10 mil milhões: o PIB da SSA sem a África do Sul em 2007 era US\$ 383 mil milhões, as despesas do governo 27% do PIB, despesa pública da agricultura solicitada 2.7%.

administrativos ou de rotina e introduziria um elemento de concorrência de qualidade por fundos centrais entre ministérios e instituições públicas. Uma outra proposta para aumentar a eficiência da despesa é utilizar abordagens de programa, que proporcionam ao ministério da agricultura maior flexibilidade nas despesas, no quadro de despesas definido com os responsáveis de finanças e planeamento. Preocupante é o montante das despesas com recursos humanos que pode absorver a maioria dos orçamentos ministeriais, limitando a sua flexibilidade de optar por abordagens alternativas de orçamentação, orientadas especialmente para o desempenho. As despesas do programa, a porção que é atribuída à implementação de projectos ou tarefas específicas, são financiadas sobretudo com recursos externos. É necessária a capacitação de pessoal do ministério para melhorar a sua gestão económica e preparar propostas de orçamento concentradas em produtos e resultados.

97. **Obstáculos à atracção da APD para a agricultura.** A APD está relativamente bem apresentada. É um contributo menor mas essencial para o investimento agrícola em África, responsável pelo financiamento da maioria dos projectos. Nas últimas décadas a APD para a agricultura africana no sentido restrito (produção e financiamento de respectivos inputs e serviços) tem estado a diminuir como parte da APD total (FAO, 2009). Baixou de 22% em 1981 para 6% recentemente. As atribuições anuais para a agricultura africana através de subvenções e empréstimos concessionais para a agricultura são metade ou menos do que é considerado necessário pela ONU e agências internacionais (US\$ 3 mil milhões em comparação com US\$ 6-8 mil milhões).

98. Entre as razões para o declínio no financiamento da APD para a agricultura estão as seguintes: (i) o sector é considerado complexo e os resultados dos projectos nem sempre foram satisfatórios, (ii) o pessoal especializado em agências humanitárias tornou-se escasso e (iii) os governos consideraram difícil o acesso a canais de ajuda, demasiado fragmentados e burocráticos, aumentando o custo de prestação de ajuda e ocupando muito tempo do pessoal do governo para lidar com múltiplos doadores. Também é preocupante o facto da APD para a agricultura ao longo dos anos ter-se tornado cada vez mais de curta duração, pois as operações de emergência necessárias e urgentes ocuparam programas de investimento a longo prazo dos orçamentos de investimento de instituições doadoras. Uma outra preocupação é a grande diferença entre as atribuições e os desembolsos que aponta para uma escassez no planeamento e na gestão de projectos.

99. **Sucesso no financiamento do sector social.** Foi atribuída consideravelmente mais APD aos sectores sociais do que para agricultura, nomeadamente cerca de US\$ 15-17 mil milhões anualmente nos últimos anos, incluindo saúde, educação, abastecimento de água e saneamento. Desta APD uma proporção desconhecida, mas tipicamente modesta, vai para as zonas rurais. Isto deve-se com frequência ao facto de ser mais barato e fácil distribuir ajuda a zonas densamente povoadas. Além de aumentar a assistência financeira directa à agricultura no sentido restrito, também é preciso monitorizar os fluxos de ajuda para o sector social por destino interno e assegurar que o sector rural, que abrange a maior parte dos pobres na SSA, não fica para trás. Os governos têm um papel a desempenhar mostrando aos doadores a necessidade de ultrapassar a tendência urbana.

100. **Melhorar o enfoque CAADP da APD.** As agências doadoras e os países beneficiários estão preocupados em garantir a apropriação dos seus projectos e programas pela África. O CAADP dá essa garantia. Uma proposta que merece ser considerada é o estabelecimento dum Fundo CAADP transformando o Trust Fund de Múltiplos Doadores para o CAADP, presentemente no Banco Mundial (BAD 2009). A filosofia do fundo seguiria os princípios do CAADP, canalizando especialmente para África toda a ajuda financeira dirigida aos quatro pilares e abreviaria a preparação do projecto e os processos de desembolso. Duas alternativas a um Fundo especial

CAADP podiam ser (i) um Fundo CAADP virtual através do qual a harmonização das políticas dos doadores e a coordenação se fariam através duma rede virtual, sem estabelecer um fundo especial e (ii) estabelecer um Mecanismo de Coordenação Financeira (FCM) no montante inicial de mil milhões de dólares americanos, para ser gradualmente aumentado para US\$ 6 mil milhões. O FCM iria reunir todo o financiamento para segurança alimentar de vários doadores e aplicá-lo a “pontos quentes” de insegurança alimentar em África. Qualquer que seja forma que o alinhamento do financiamento dos doadores com os princípios do CAADP possa assumir, seria essencial projectar pacotes de ajuda de modo a maximizar a mobilização de fontes privadas de financiamento.

101. **Reforçar a capacidade de trabalho pré-investimento.** Os números do investimento propostos para o investimento total africano e a nível do país na agricultura são muito indicativos. Para tornar operacionais os dados de planeamento macroeconómico estes têm que ser distribuídos por programas e projectos adequados para atrair financiamento internacional e local. Houve um bom começo com o trabalho preparatório para a Conferencia de Sirte, preparando uma carteira de cerca de 1000 projectos e programas de controlo de recursos hídricos para 53 países africanos. A formulação de projectos agrícolas e de desenvolvimento rural viáveis e financiáveis pode absorver entre 1% a 10% do custo final de investimento. Agências internacionais e IFIs estão a contar cada vez mais com a preparação local de programas e projectos, não só para limitar as despesas de preparação mas também para melhorar a apropriação pelo país de investimentos com financiamento externo. Uma contribuição importante para atrair financiamento internacional para o CAADP é, portanto, o desenvolvimento de competências nacionais de preparação e apresentação de projectos e programas viáveis para financiamento internacional e local.

102. **Mobilizar o sector privado.** A amplitude do financiamento externo privado para a agricultura é relativamente desconhecida e provavelmente não tem sido muito significativa na história recente, além de actividades extractivas como silvicultura e pescas e possivelmente algum agro-processamento. Segundo a CNUCED, o IDE para África aumentou de US\$ 17.2 mil milhões para US\$ 38.8 mil milhões em apenas três anos, de 2004 a 2006, mas não se conhece a parte atribuída à agricultura. As fundações privadas aumentaram consideravelmente o investimento em muitos serviços sociais. Está a aumentar o interesse de agências públicas em países asiáticos e do Médio Oriente, ansiosos por melhorar e garantir o seu próprio abastecimento em alimentos através de investimento em grande escala na agricultura em países em desenvolvimento, incluindo África.

103. **Investimento a nível da exploração agrícola.** O grosso dos investimentos em agricultura é realizado pelos próprios agricultores. A maioria dos investimentos na exploração agrícola familiar assume a forma de trabalho próprio e poupanças próprias. Tais investimentos são muito facilitados por incentivos como posse garantida, acesso justo a recursos naturais como água, pastagens comuns, acesso a mercados, factores de produção e crédito, concorrência entre compradores de produtos e fornecedores de factores de produção e ausência de interferência desnecessária do governo em preços e mercados. Faltando estes ingredientes para aumentar a produtividade e integração no mercado, a expansão da produção continuará orientada para a subsistência, expandindo-se para zonas mais frágeis, esgotando os recursos naturais e o ambiente.

104. A política e legislação do governo podem aumentar muito os incentivos aos agricultores para que invistam em melhoria das terras, desenvolvimento de recursos hídricos e criação de gado e em criação de bens semelhantes. O desenvolvimento, de preferência através de ONGs, de instituições locais de poupança e micro-financiamento teve grande sucesso no Sul da Ásia e acredita-se que possui um potencial considerável em África.

105. **Aproveitar as remessas.** As remessas da Diáspora Africana têm potencial para contribuir muito substancialmente para investimentos agrícolas se forem devidamente canalizadas. As

transferências anuais são de cerca de US\$ 17 mil milhões, superiores ao IDE em alguns anos (BAD, 2009) embora ambas venham provavelmente a ser afectadas pelo abrandamento económico. Não se sabe muito sobre a utilização das remessas. Uma grande parte deve ser necessária para a sobrevivência dos familiares que ficaram no país. As remessas podem também permitir aos agricultores investir o seu tempo em melhorar a sua própria exploração agrícola em vez de procurarem emprego fora da mesma como trabalhadores contratados e, neste sentido, aumentar o investimento agrícola privado. Um potencial teórico parece ser utilizar esses fundos na obtenção de crédito de bancos locais para investimentos e financiamento. Deve ser feita mais investigação sobre este tópico.

106. **Ambiente propício.** Os governos devem garantir: protecção dos direitos de propriedade e outros, transparência de actos e políticas administrativas, garantir a posse da terra e políticas monetárias e fiscais sólidas. Além disso, devem investir em infra-estruturas (estradas, mercados, serviços¹⁶). Estes ingredientes podem criar um ambiente propício que promova investimentos privados, tanto a nível da propriedade agrícola como de operações pós produção.

107. Existe também uma oportunidade de intervenção do governo para remediar certas falhas do mercado que prejudicam a integração do pequeno agricultor no mundo de negócios, como a garantia de financiamento e longo prazo, a união de riscos em serviços de crédito e seguros, facilitar através de subsídios a formação de massa crítica de produtores, compradores e vendedores a fim de melhorar a concorrência e reduzir os custos de comercialização e aquisição. Os investimentos na agricultura (e noutros sectores) são muito dificultados por conflitos e caos, que infelizmente afectam partes de África. A UA é o órgão mais adequado para contar com as partes em conflito a fim de estabelecer as condições adequadas para maiores fluxos de investimento para o sector rural, entre outros benefícios.

108. **Reforçar o papel do CAADP.** A avaliação em curso do CAADP constatou que a sua credibilidade e, portanto, a sua sustentabilidade, está em risco a não ser que sejam mobilizados recursos significativos para financiar investimentos resultantes do processo de Mesa Redonda. Isto implica criar um conjunto de fundos que os países, que tiverem atingido a fase do Convénio, podiam aproveitar. Até então o CAADP tem um fluxo de financiamento de cerca de US\$ 700 milhões. Há também US\$ 900 milhões em fundos mobilizados de US\$ 150 milhões no quadro de NEPAD-TerrAfrica. Estes ainda não permitem ao CAADP desempenhar um papel agressivo para fazer avançar a sua agenda. Contudo, o CAADP está numa boa posição para:

- Organizar conferências e reuniões de membros da NEPAD para reconfirmar publicamente e reforçar as suas dotações para a agricultura.
- Organizar um fórum Sul-Sul com economias emergentes importantes (Brasil, China, Índia) a fim de as atrair para o processo CAADP.
- Organizar um fórum com o objectivo de aumentar as remessas e as competências técnicas e profissionais da diáspora visando o desenvolvimento agrícola.

¹⁶ A electricidade rural demonstrou ter um potencial enorme para aumentos na produtividade

V INCLUSÃO DOS MAIS POBRES E VULNERÁVEIS

109. Os líderes africanos e os seus parceiros do desenvolvimento exprimiram o seu compromisso de resolver os constrangimentos em termos de segurança alimentar e desenvolvimento agrícola no continente, no quadro do CAADP. Contudo, esta acção corre o risco de esquecer os pobres e mais vulneráveis e as suas necessidades merecem uma atenção especial.

5.1 Quem são os mais pobres e vulneráveis?

110. Os mais pobres e vulneráveis são grupos extremamente heterogéneos. Têm em comum o facto de serem obrigados a sobreviver com menos de um dólar por dia ao equivalente local PPP¹⁷. Os pobres rurais não só são pobres, mas também menos saudáveis e com menor esperança de vida que os pobres urbanos devido a menor higiene e maior incidência de doenças. Os mosquitos transmissores da malária e os hospedeiros de certos vírus perigosos para a vida encontram-se mais no campo do que na cidade.

111. Os habitantes mais pobres e vulneráveis das zonas rurais, em geral, são:

- Agricultores sem terra e quase sem terra,
- Agricultores afectados por conflitos civis,
- Pessoas afectadas pelo VIH/SIDA
- Mulheres chefes de família
- Pessoas que vivem em zonas muito remotas e frágeis, muitas vezes pastoris
- Crianças pequenas, sobretudo órfãs

5.2 Estratégias para ajudar os muito pobres

112. Os muito pobres podem ser distinguidos por serem ou não capazes de se ajudarem a si mesmos, com algum apoio, e em que espaço de tempo. Pessoas doentes, crianças pequenas órfãs e vítimas de conflitos civis sem dúvida que precisam de assistência alimentar directa e cuidados de saúde a médio prazo. Os outros grupos podem ser auxiliados por uma série de meios que têm como objectivo melhorar a sua capacidade de ganhar a vida. Como princípio, o crescimento económico a favor dos pobres, sustentado, baseado em actividade robusta do sector privado e investimento, deve ser a pedra angular de qualquer estratégia de redução da pobreza. A capacidade da agricultura de fazer progredir os meios de subsistência dos ultra pobres e vulneráveis depende do seu acesso a bens produtivos, sobretudo terras. Nesses casos a segurança é mais facilmente atingida ajudando os que não têm segurança alimentar a aumentar a produção de alimentos, fornecendo factores de produção e aconselhamento técnico. Contudo, o acesso à terra raramente é uma característica dos ultra pobres. Os pobres e ultra pobres são sobretudo pessoas sem terras e consumidores líquidos de alimentos. Têm interesse em ganhar dinheiro e em alimentos a preços baixos. A questão para eles não é tanto a produção agrícola em si, mas permitir-lhes obter meios para comprar alimentos (Amartya Sen). Isto mostra o papel fundamental da economia não agrícola.

113. *Economia não agrícola:* O crescimento agrícola a favor dos pobres tem importantes repercussões e efeitos multiplicadores que afectam sectores rurais não agrícolas. Estima-se que em África por cada 1% de crescimento agrícola o sector não agrícola cresce 0.5 % (IFPRI, 2009 (2)). As receitas do sector rural não agrícola representam 34% da economia rural na SSA e uma grande parte é constituída por emprego rural, mas não por propriedades agrícolas (outra parte por remessas). O sector não agrícola é muito variado, incluindo comércio, comunicações e transporte,

¹⁷ Isto diferencia-os dos quase pobres para os quais o limite é US\$ 2 por dia, segundo o Banco Mundial. Há no mundo 1.3 mil milhões de pobres com \leq US\$1 e 2.8 mil milhões com \leq US\$ 2.

construção, artesanato e pequena indústria bem como serviços públicos e, quando houver recursos disponíveis, programas de trabalho por alimentos. Este sector poderá aumentar consideravelmente na SSA em termos absolutos como uma proporção da economia rural, tal como aconteceu noutras regiões em desenvolvimento. Pode servir não só de origem de meios de subsistência para os ultra pobres, mas também absorver o número crescente de agricultores cuja sobrevivência é impossível em zonas frágeis e pobres em recursos. O sector rural não agrícola pode receber grande ajuda do governo através do fornecimento de serviços, especialmente electricidade, água e acesso ao crédito.

114. *Ter como alvo os muito pobres.* Exemplos noutras regiões e em África mostram que o crescimento agrícola não é suficiente para erradicar a pobreza extrema. Por esta razão a FAO durante o seguimento da Cimeira Mundial da Alimentação em 2002, defendeu uma abordagem com duas vertentes para redução da pobreza rural, crescimento e assistência específica. O crescimento rural agrícola e não agrícola é, sem dúvida, a solução a longo prazo para reduzir a pobreza rural. Contudo, a curto prazo e em situações de emergência é indispensável assistência específica (PAM, 2009).

115. O desafio para os governos e agências de desenvolvimento consiste em identificar os pobres e vulneráveis, as suas necessidades e conceder-lhes os recursos necessários. Existe experiência considerável em agências internacionais como FAO, Banco Mundial, FIDA, PAM e outras na preparação de programas de assistência específica. Tais programas prometem resultados melhores do que contar apenas com repercussões e efeitos multiplicadores.

116. As mulheres são particularmente vulneráveis. Grande parte da agricultura africana, sobretudo a produção de alimentos, tornou-se feminizada pois os homens activos foram para empregos mais rentáveis ou limitam-se à criação de gado. A assistência específica a mulheres agricultoras deve ter em conta as suas necessidades especiais, incluindo títulos de posse da terra em seu próprio nome, acesso ao crédito bem como preferências e aptidões físicas e psicológicas para o trabalho agrícola. Uma parte significativa dos ultra pobres podem ser minorias étnicas e pessoas que vivem em zonas muito remotas e de difícil acesso. Estes grupos tendem muitas vezes a ser esquecidos por agências humanitárias e serviços públicos e deve ser feito um esforço consciente para os abranger. São necessárias redes de segurança cuidadosamente dirigidas e programas de protecção social para garantir que todos conseguem ter acesso à alimentação de que precisam para uma vida saudável.

117. “Redes de segurança produtiva” não só suavizam o consumo, mas também proporcionam um investimento produtivo através de transferências condicionais que fornecem ligações e vias para sair da pobreza através de melhor produtividade agrícola, educação e cuidados de saúde. Paralelamente deve-se procurar ajudar os produtores, sobretudo pequenos agricultores de modo a melhorarem a sua produção de alimentos, principalmente facilitando o acesso a sementes, fertilizantes, rações para animais e outros inputs e introduzindo subsídios inteligentes em que; (a) há uma perspectiva clara de ganhos significativos em produtividade, (b) são uma forma mais barata de transferência de receitas do que as outras alternativas (como a ajuda alimentar) e (c) não afectam negativamente os mecanismos do mercado. Isto deve ser acompanhado de medidas de médio a longo prazo para melhorar a produtividade agrícola e aumentar a produção de alimentos (ver O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo 2008).

5.3 Âmbito de acção

118. Em resumo, para aumentar a integração dos mais pobres e vulneráveis em políticas sociais e económicas, as acções e os investimentos para promover meios de subsistência sustentáveis e melhores oportunidades para uma vida activa e produtiva incluem:

- Acesso a terra, recursos e mercados;
- Boa governação, direitos humanos;
- Prevenção e resolução de conflitos;
- Políticas sociais e económicas sólidas;
- Serviços de educação e saúde;
- Redução da mortalidade materno-infantil, cuidados de saúde básicos, boa nutrição;
- Água potável, saneamento adequado;
- Necessidades de emergência e humanitárias;
- Literacia, acesso ao conhecimento e à informação;
- Ensino primário e secundário eficaz;
- Protecção do ambiente e gestão sustentável de recursos físicos e naturais.

REFERÊNCIAS

AfDB, Financing African Agriculture, the African Perspective, Concept Note prepared for the Conference of African Ministers of Agriculture and Lands, 20-24 April 2009

African Union, Summit on Food Security in Africa, December 4-7, 2006, Abuja, Nigeria, Resolution of the Abuja Food Security Summit

NEPAD/CAARD Towards Prioritized, Outcome-based approach to implementing Africa's Food Security Commitments, Preparatory Meeting of Officials Attending the Food Security Summit, Abuja: 4 – 7 December 2006

NEPAD/CAARD, Underpinning Investments in African Agriculture and trade-related Capacities for improved Market Access: A Continental Vision, NEPAD document, 2003 (?)

ECA, Regional Agriculture Trade and Market Systems: Issues and Challenges for Stimulating Economic Transformation and Growth in Africa, Position Paper prepared for the African Agriculture Ministers' Conference, 20-24 April 2009

FAO/TCIR Rapid Assessment of Aid Flows for Agricultural Development in Africa, Discussion Note, 8 April, 2009, (unpublished draft)

FAO, Regional Views for Investment in water for Agriculture and Energy in Africa, Ministerial Conference on Water for Agriculture and Energy in Africa: The Challenges of Climate Change, Sirte, Libyan Arab Jamahiriya, 15-17 December 2008, various papers (1)

FAO, State of Food Insecurity (SOFI), Rome, 2008 (2)

FAO, Linking Agricultural Water Development and Rural Infrastructure in Africa, position paper prepared for the FAO/African Union Agriculture Ministerial Meeting in Libreville, Gabon, 27 November – 1st December 2006 (1)

FAO, Enhancing Intra-African Trade in Food and Agriculture, background paper for African Union/FAO Meeting of Agricultural Experts and Ministers, Libreville, Gabon 27 November – 1st December 2006 (2)

FAO, Farming Systems and Poverty, contribution to the World Bank Rural Strategy 'From Vision to Action', Rome, Washington DC, 2003

FAO, World Agriculture Towards 2015/2030, Rome 2003

FAO/TCI, Irrigation Investment Briefs, 13 Collected Papers, by Volker Branscheid, Rome , 1997

FAO, Investment in Agriculture, Technical Paper no. 10, WFS, 1996

FAOSTAT, FAO Statistical online database, <http://www.fao.org/corp/statistics/en/>

FARA, Status Report on Progress in the Implementation of the Abuja Declaration on Fertilizers for an African Green Revolution, presentation by Dr. Maria Wanzala IFDC/NEPAD for the AU African Ministers of Agriculture Meeting, April 20-24, 2009

IFDC, Advancing the African Fertilizer Agenda: The Abuja Declaration on Fertilizers and the Way Forward, April 2009

IFPRI, Transforming the Rural Non-Farm Economy, by Steven Haggblade, Peter B. R. Hazell, and Thomas Reardon, IFPRI Issue Brief 58, February 2009 (2)

IFPRI, Setting Priorities for Public Spending for Agricultural and Rural Development in Africa, by Shenggen Fan, Tewodaj Mogues, and Sam Benin, IFPRI Policy Brief 12, April 2009 (1)

IFPRI, World Bank, GTZ, Sub-Theme 1: Climate Change: Opportunities for Enhanced Investments and Growth of African Agriculture, two papers prepared for the April 2009 Agriculture, Livestock and Lands African Ministers' Conference and the June / July 2009 AU Heads of State and Government Summit, March 2009, based on the issue papers entitled "The Role of Sustainable Land Management for Climate Change Adaptation and Mitigation in Sub-Saharan Africa" and "The World Food Crisis, Land Degradation and Sustainable Land Management: Linkages, Opportunities and Constraints", both in the context of the TerrAfrica

IFPRI, Setting Priorities for Public Spending for Agricultural and Rural Development in Africa, By Shenggen Fan, Tewodaj Mogues, and Sam Benin, Policy Brief no. 12, April 2009 (2)

IFPRI, Sustaining and Accelerating Africa's Agricultural Growth, Recovery in the Context of Changing Global Food Prices, by Ousmane Badiane, IFPRI Policy Brief 9, Washington, DC, November 2008

IFPRI, Food and Financial Crises, Implications for Agriculture and the Poor , by Joachim von Braun, Washington, DC, December 2008

IFPRI Investing in Sub-Saharan African Agricultural Research: Recent Trends, Nienke M. Beintema and Gert-Jan Stads, Washington, DC, 2004

IFPRI, Assuring Food and Nutrition Security in Africa by 2020, Proceedings of an All-Africa Conference, Kampala, April, 2004

NEPAD, Declaration of the Ministerial Conference on Water for Agriculture and Energy in Africa: the Challenges of Climate Change, Sirte, Libyan Arab Jamahiriya, 15-17 December 2008

NEPAD/CAARD Declaration of the Heads State and Government Chairpersons of Regional Economic Communities on the NEPAD Vision for Agricultural Development and Food Security in Africa, Abuja, Nigeria, 12 December 2002

RESAKSS, Public Expenditure Tracking in Africa, paper prepared by Babatunde Omilola, Africa-wide Coordinator, Regional Strategic Analysis and Knowledge Support System (ReSAKSS) for the AU African Ministers of Agriculture Meeting, April 20-24, 2009

The Economist, Pocket World in Figures, 2008 Edition

United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division, www.unpopulation.org, Rural Population, Development and the Environment 2007

WFP, Stimulating participation of the very poor and vulnerable in rural economic activities, paper prepared for the April 2009 Agriculture, Livestock and Lands African Ministers' Conference and the June / July 2009 AU Heads of State and Government Summit

World Bank, No-till Farming for Sustainable Rural Development, and A Road Map from Conventional to No-Till Farming, Agriculture and Rural Development Working Papers by Christian Pieri, Guy Evers, John Landers, Paul O'Connell, Eugene Terry, , Washington, DC 2002

World Bank, World Development Report 2008, Agriculture for Development

World Bank, World Development Indicators, 2007,

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Assembly Collection

2009-07-03

Investing in Agriculture for Economic Growth and Food Security Synthesis Paper Prepared By FAO for AU/NEPAD

African Union

DCMP

<https://archives.au.int/handle/123456789/8763>

Downloaded from African Union Common Repository